

9-B-95

15

9-B-95

MARINHA DO BRASIL
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

GUERRA CULTURAL: UM NOVO PARADIGMA?



JOSÉ ALOYSIO DE MELO PINTO
Capitão-de-Mar-e-Guerra

2003

Pinto, J. Aloysio de Melo, 1954 –

Guerra Cultural: um novo paradigma? / José Aloysio de Melo Pinto – Rio de Janeiro: EGN, 2003.

vii, 55 f.

Monografia: C-PEM, 2003.

Bibliografia: f.A-1 – A-4.

1. Guerra. 2. Natureza da Guerra. 3. Teoria da Guerra. 4. Choque de Civilizações. 5. Guerra e Política. I. Escola de Guerra Naval (Brasil). II. Título.



Aerpo: 228561
Epa: 256888

MB - EGN
BIBLIOTECA
02/08/2004
N.º 5929



Tema: Guerra cultural: um novo paradigma?

Título: GUERRA CULTURAL: UM NOVO PARADIGMA?

Tópicos a abordar: Guerra, cultura e paradigma

Teorias da natureza da guerra

A dicotomia política versus cultura na teoria da guerra

A evolução da guerra e suas conseqüências, da antigüidade até os dias atuais

A teoria do choque de civilizações

Conclusão

Proposição:

Apresentar definições teóricas selecionadas relativas a guerra, cultura e paradigma. Expor, sucintamente, algumas das teorias sobre a natureza da guerra. Apresentar a dicotomia política versus cultura na teoria da guerra, utilizando, em especial, conceitos emitidos por John Keegan, em contraposição a pontos específicos da teoria de Clausewitz. Identificar, em determinados conflitos selecionados, primitivos e da antigüidade aos dias atuais, exemplos que se conformem às teorias em estudo. Expor a teoria do choque de civilizações, comentando, de forma sintética, corolários específicos de seu teor. Apresentar breves comentários conclusivos que subsidiem uma resposta à questão suscitada pelo tema em lide.

Número de palavras: 14111

SUMÁRIO

	PÁGINA
Introdução	
CAPÍTULO 1 – GUERRA, CULTURA E PARADIGMA.....	1
1.1 – GUERRA.....	1
1.2 – CULTURA.....	5
1.3 – PARADIGMA.....	6
CAPÍTULO 2 – TEORIAS DA NATUREZA DA GUERRA.....	9
2.1 – A GUERRA COMO UM FENÔMENO BIOLÓGICO.....	10
2.2 – A GUERRA COMO UM FENÔMENO PSICOLÓGICO.....	13
2.3 – A GUERRA COMO UM FENÔMENO SOCIOLÓGICO.....	15
CAPÍTULO 3 – A DICOTOMIA POLÍTICA VERSUS CULTURA NA TEORIA DA GUERRA.....	18
3.1 – A GUERRA COMO UM FENÔMENO DA POLÍTICA.....	18
Prelúdio.....	18
Guerra e política segundo Clausewitz.....	20
Controvérsias na teoria.....	23
3.2 – A GUERRA COMO UM FENÔMENO CULTURAL.....	24
Guerra e cultura: abordagens antropológicas.....	24
Keegan e a contestação a Clausewitz.....	27
CAPÍTULO 4 – A EVOLUÇÃO DA GUERRA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS DA ANTIGUIDADE ATÉ OS DIAS ATUAIS	31
4.1 - GUERRA PRIMITIVA: A PREDOMINÂNCIA DA CULTURA.....	31
Os ianomâmis: a cultura das lutas.....	32
Os polinésios pascoenses: a guerra sem fim.....	33
Os zulus: uma nação de guerreiros.....	35
4.2 – GRÉCIA: A PREDOMINÂNCIA DA <i>POLIS</i> SOBRE OS GUERREIROS.....	38
4.3 – ROMA: O MILITARISMO CÍVICO.....	40
4.4 – A GUERRA NA IDADE MÉDIA: CULTURA, RELIGIÃO E POLÍTICA.....	42
4.5 – A GUERRA NOS ESTADOS-NACIONAIS MODERNOS: A PREVALÊNCIA DA POLÍTICA.....	45
CAPÍTULO 5 – A TEORIA DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES.....	47
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO.....	54
BIBLIOGRAFIA.....	A-1

INTRODUÇÃO

“Se você olhar fundo no abismo,
o abismo olhará dentro de você”.
(Friedrich Nietzsche)

A guerra, historicamente, fez nascer e desaparecer nações e Estados e libertou ou escravizou povos. Envolve, em seu turbilhão, recursos materiais, morais e humanos em grande escala, na maioria das vezes até o limite da capacidade dos contendores. Em diferentes medidas, pode transformar ou moldar os valores, a cultura e o ethos de um povo.

Mas o que é a guerra senão o mais marcante fenômeno da história do homem através dos tempos? Essência da violência consentida e justificada, bestial e devastadora, tem acompanhado a existência humana desde seus primeiros passos sobre a Terra. No dizer do polemólogo francês Gaston Bouthoul, “a mãe da história é a guerra” (3:10).

Nos anos pós-bipolaridade Leste-Oeste, alguns teóricos, como Fukuyama, imaginaram ter-se chegado ao fim da história. O mundo passaria a ser uno, os princípios norteadores da política e da sociedade ocidental, leia-se anglo-saxônica e européia, iria espargir-se pelas mais distantes nações, tornando o planeta no grande albergue da paz perpétua uma vez sonhado por Kant.

Muitos pensadores otimistas insinuaram que se passou a viver, agora, numa sociedade pós-bélica, desconhecendo a existência da sombra negra potencial da guerra.

No Brasil, alguns articulistas chegaram a questionar, embora de forma um tanto pueril, a existência das Forças Armadas... “para quê, se não temos inimigos?.. o brasileiro é um povo pacífico”, atarantaram-se.

Como que o vôo das estriges a anunciar um sinistro, nossa pacífica América do Sul, um pouco mais do que duas décadas atrás, foi surpreendida com uma guerra inesperada por um longínquo, gélido e quase desértico arquipélago. Um sombrio alerta de que a guerra vive e pode chegar bem perto de nós, de nossos lares.

Outro respeitado pensador estadunidense, Samuel Huntington, contestou Fukuyama e lançou bases em uma intrigante teoria de que as contendidas, pós-guerra fria, seriam não mais governadas pelos interesses da política estatal, mas pelas culturas, seria o choque de civilizações. Enquanto isso, um renomado historiador inglês, John Keegan, contestava a paradigmática teoria de guerra de Clausewitz, entendendo a guerra não como um instrumento da política, mas como tendo natureza cultural.

Ao alvorecer de um novo milênio, ocorre o 11 de Setembro. A tragédia que se abateu sobre o território e os corações norte-americanos assustaram o mundo. As motivações que levaram jovens islâmicos a minuciosamente planejarem e premeditadamente imolarem-se e às suas vítimas de uma forma tão brutal e covarde insinuaram a existência de culturas que se defrontam.

Será essa a guerra a ser lutada no século XXI? Nasceu um novo paradigma na teoria da natureza da guerra? A guerra é cultural?

Estudar a guerra, penetrar em seu abismo e suas assustadoras entranhas, entretanto, é uma necessidade tanto para aqueles que, como guerreiros, nela lidam até ao sacrifício supremo, como para aqueles que nos centros de poder racionalmente a utilizam

como um instrumento. Se quisermos a paz não se roga mais apenas preparar-se para a guerra, mas também compreendê-la, entender sua natureza, o porquê a humanidade legitima tão brutal e dolorida solução para as contendas.

Por mais cruel e pessimista que seja assim pensar, não olhar no abismo é recusar-se a enxergar as pedras que calçam o longo caminho percorrido pela humanidade na história. Perscrutar as profundidades da guerra é devassar o âmago dos pensamentos, desejos e paixões humanos através da história, como fazem os antropólogos, historiadores, psicólogos e sociólogos; é, também, devassar o íntimo do homem como indivíduo e sua gênese, como fazem os biólogos e psicanalistas.

Esse trabalho pretende visitar o abismo da guerra em busca de respostas aos questionamentos suscitados diante do tema em lide.

CAPÍTULO 1

GUERRA, CULTURA E PARADIGMA

“A guerra é o pai de todas as coisas”
(Heráclito)

Qualquer trabalho que pretenda, com base em uma fundamentação científica, estudar e expor um dado tema, exige do autor que defina termos e conceitos essenciais, que delineiem suas abrangências ao campo de abordagem da obra em lide, e que tornem explícitos, desde o início, qual a caracterização ou conceituação considerada desses termos no contexto do estudo. O título do tema em proposição apresenta as expressões guerra, cultura e paradigma, que, diante disso, necessitam de definições que a particularizem.

É importante ressaltar, entretanto, que, dado ao escopo deste trabalho, a discussão dessas definições não se faz aqui mais aprofundada, uma vez que, pela gama de interpretações, debates e reflexões que elas têm suscitado ao longo do tempo, cada uma já poderia, de per si, ser um tema integral de uma monografia. Ater-se-á o autor a enunciar algumas definições que apresentem os atributos essenciais e específicos dos termos, de modo, tão somente, a qualificá-los e limitá-los.

Guerra

A palavra guerra pode assumir uma variedade de significados na língua portu-

guesa. É comum, hoje, se ouvir falar, para citar alguns entre muitos exemplos, de guerra da comunicação ou da mídia, referindo-se à luta entre as redes de TV ou jornais por audiência, guerra dos sexos, para aduzir-se a uma disputa entre homens e mulheres por igualdade de direitos (ou sobrepujanças?), guerra eleitoral, para significar as disputas por voto em uma eleição, e guerra cultural, no sentido, entre outros, do emprego de elementos da cultura de um país como ferramenta para a obtenção de um fim desejado. Mais um exemplo dessa variedade de significados é o emprego do termo guerra cultural, como feito por alguns ideólogos, como George F. Will e Robert Novak, para definir a luta intelectual que existiria, nos Estados Unidos, entre “liberais multiculturalistas”, que defendem que a atual sociedade estadunidense “mereceria desaparecer”¹, e a corrente patriótica que luta por conservá-la² (10).

Mas de que guerra tratamos?

A guerra em sua maior essência:

“Eu sou a mãe de todas as cousas, a grande força que gera e transforma a sociedade; eu sou seu mais poderoso meio de expressão... Eu faço com que sirva aos meus fins tanto a superabundância como a penúria, o espírito de domínio como a timidez, a revolta como a fraqueza, a coragem como o medo, o heroísmo como a covardia, a esperança como o desespero, a generosidade como o egoísmo, o cálculo como o erro, o cinismo como a pureza, o direito como a força... eu faço pegar em armas aqueles que a tanto querem se sujeitar como aqueles que querem permanecer livres... no conflito entre os homens tenho sido o último motivo e o supremo recurso” (7:13-14).

Muitas são as enunciações e conceitos que tentam definir o termo guerra. Isso se deve à complexidade desse fenômeno em si e à multiplicidade de ramos do conhecimento em que pode ser analisado.

A guerra envolve, sempre, seres que vivem em estado gregário e que sejam uni-

¹ Eles afirmam “não existir um povo nem uma cultura norte-americana, mas sim uma sociedade essencialmente racista, discriminadora, machista, sexista, imperialista e repressiva - e que, portanto, mereceria desaparecer” (10).

² Entendem que, “em que pese seus infinitos defeitos, a sociedade norte-americana é a mais democrática e generosa do mundo”(10),

dos pelo sentimento de consciência do grupo. Julian Lider apresenta uma definição ampla, que denota o aspecto social do fenômeno guerra entendendo-a como um choque violento entre entidades sociais hostis (29:35). O cientista político e filósofo francês Raymond Aron, foi mais categórico. Para ele, a guerra “não pertence ao domínio das artes ou das ciências, mas ao da existência social” (3:43). É, portanto, um fato de natureza da sociedade, um fenômeno social. Por tal, e por envolver uma vasta gama de áreas em seu estudo, as definições de guerra podem mascarar convicções ou mesmo intenções filosóficas ou políticas de seus autores.

Os lexicólogos, como coloca André Corvisier (12:25), parecem ter mais facilidade em definir a guerra. Para Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, guerra é a “luta armada entre nações ou partidos”, ou, simplesmente, um conflito (16). É uma definição não conceptual, mas ampla. Por ser abrangente, permite que sejam acrescentadas ao termo diversas qualificações tais como cultural, portanto guerra cultural, por exemplo. A guerra seria, nesse sentido, o conflito, a luta armada tendo como natureza ou causas razões culturais intrínsecas aos beligerantes.

O general e intelectual prussiano Carl von Clausewitz, em seu clássico “Da Guerra”, antes de embrenhar-se nas reflexões sobre a natureza e a teoria da guerra, a entende como “um duelo em grande escala... um ato de violência com que se pretende obrigar o nosso oponente a obedecer à nossa vontade” (11:17). André Corvisier a define como “a forma extrema do confronto entre vontades” (12:23). Essas duas últimas definições aventam existir a necessidade da contraposição de vontades, que, para o general prussiano, como discutiremos adiante, seriam de coletividades politicamente organizadas. Para John Keegan e Martin van Creveld, autores objeto de maiores considerações no correr desse trabalho e para quem a guerra é um fenômeno da cultura dos povos, essa vontade estaria presente em fatores culturais, étnicos, religiosos e até biológicos dos

homens. É possível, especificamente nesta definição clausewitziana, sem considerar seu pensamento *in totum*, e na de Corvisier, acrescentar-se, ousado, qualitativos como o anteriormente feito, tendo-se, então, guerra cultural. Vale ressaltar, entretanto, ao citar Clausewitz, ser a essência de seu pensamento, na teoria da guerra, ser esta um fenômeno da política, como adiante será discutido. Em textos posteriores ao citado, no mesmo livro, Clausewitz tornou bastante proeminente o seu conceito da conexão da guerra com a política.

Com um emprego mais generalizado, o termo guerra tem sido, por vezes, substituído por conflito. Os sociólogos passaram a privilegiar o termo por este cobrir um campo mais amplo de estudos (12:28). Este tema volta a ser abordado no capítulo seguinte.

Para o Raymond Aron, a guerra “é o choque de condutas organizadas, uma prova de força entre equipes, cada uma das quais pretende levar a melhor sobre a outra mediante a multiplicação do vigor de cada combatente pela disciplina do conjunto” (3:448). Entende Aron que, para existir guerra, há a necessidade da existência das “equipes”, de uma sociedade em luta, sejam os homens ancestrais agrupados em bandos, sejam seus descendentes reunidos em tribos, sejam unidos em nações ou organizados nos estados-nações modernos, o que confirma a guerra como um fenômeno social.

Essa é a guerra de que trata o presente estudo.

Vale ressaltar, entretanto, que as poucas definições aqui citadas em resumo, entre tantas, exemplificam a extensão do campo de estudos e de reflexões que podem ser suscitadas pelo tema. A depender da área de estudo em que for considerado, da ideologia e da época vivida ou analisada por seu formulador, a definição de guerra poderá assumir, como visto, os mais distintos significados.

Cultura

Iniciando, mais uma vez, pelo léxico, Aurélio B. H. Ferreira apresenta diversas definições para cultura, dentre as quais aquela que a conceitua como “o conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam ou aprimoram através da comunicação e cooperação entre indivíduos em sociedade”. Numa definição antropológica, continua o dicionarista, cultura é o “conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais...” (16).

A variedade de definições existentes, nos mais diversos campos das ciências humanas, é exposta pelo autor Clifford Geertz que, ao dissertar sobre o tema, expõe as dificuldades em se apresentar uma conceituação precisa e concisa de cultura. Para mostrar a difusão de definições em que se emaranham os teóricos, ele cita o extenso conceito de Clyde Kluckhohn, autor de um dos mais conceituados livros de antropologia, “Mirror for Man”, que a apresenta, em 27 páginas, o que, na verdade, são onze proposições. Para Kluckhohn, cultura é:

“... o modelo de vida global de um povo; o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; uma forma de pensar, sentir e acreditar; uma abstração do comportamento; uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual um grupo de pessoas se comporta na realidade; um celeiro de aprendizagem em comum; um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; comportamento aprendido; um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento; um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; e um precipitado da história” (18:14).

Mais conciso, o “Dictionary of cultural literacy” a define como uma soma de

atitudes, costumes e crenças, que distingue um grupo de pessoas, transmitida pela linguagem, objetos materiais, rituais, instituições e expressões artísticas, de uma geração à seguinte (20:415).

Para Claude Lévi-Strauss, cultura é “... um conjunto de sistemas simbólicos em cuja linha de frente colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião. Todos estes sistemas visam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social e, mais ainda, as relações que estas realidades mantêm entre si e que os próprios sistemas simbólicos mantêm uns com os outros” (32:1).

Na aceção do antropologista brasileiro Roberto DaMatta, é “... um mapa, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas” (14:2). Os indivíduos, mesmo tendo interesses distintos, por vezes opostos, por compartilharem esse “código”, que é a cultura, transformam-se em um grupo e, vivendo juntos, identificam-se e sentem-se como parte de uma mesma totalidade.

Na etnografia, destaca-se a clássica definição de Sir Edward Burnett Tylor, para quem “cultura ou civilização... é este todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (32:1).

As definições clássicas aqui aduzidas, à exceção daquela por demais abrangente de Kluckhohn, são as consideradas, neste estudo.

Paradigma

Thomas S. Kuhn, físico, historiador e filósofo, explica, que a “ciência normal” é

a pesquisa realizada com base em uma ou mais “realizações científicas preexistentes”. Elas são reconhecidas por uma comunidade específica de estudiosos, durante algum tempo, e dão a base de sustentação ou fundamentos para o desenvolvimento de pesquisas em um dado tema ou disciplina. São, assim, como que um modelo ou padrão ou, ainda, o corpo da “teoria aceita”, em um dado período de tempo, pela comunidade de estudiosos do tema (26:29-44).

Essas “realizações” ou “teorias aceitas” e que fornecem as soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma determinada ciência ou área de estudo, constituem-se em paradigmas. Um paradigma, em resumo, é um modelo ou padrão aceito. Kuhn é o autor responsável pelo emprego da expressão com este significado.

Os paradigmas apresentam duas características essenciais e simultâneas. Primeiramente, são de tal forma sem precedentes que deslocaram para si um grupo de partidários que permaneceram a eles fiéis no tempo, afastando-se de outras teorias dissimilares; e, segundo, seus modelos são abertos, de tal forma a possibilitar que questionamentos ou problemas sejam resolvidos pela comunidade dos adeptos ou praticantes da ciência respectiva. Apesar de ambigüidades eventuais, os paradigmas de uma comunidade, de uma área de estudos amadurecida, podem ser identificados com certa facilidade (26:30).

Ensina, ainda, Kuhn, que para ser aceita como um novo paradigma, uma nova teoria deve parecer melhor que suas antagonistas, embora não haja, necessariamente, a exigência de que esclareça todos os fatos com os quais pode ser confrontada. “O paradigma é um objeto a ser mais bem articulado e precisado em condições novas ou mais rigorosas”, ressalta (26:38).

A transformação de um paradigma representa uma ruptura com o modelo anterior. No campo da ciência, as transformações de paradigmas são, segundo Kuhn, “revolu-

ções científicas e a transição sucessiva de um paradigma a outro, por meio de uma revolução, é o padrão usual de desenvolvimento da ciência amadurecida”³.

Assim, o processo de transformação compreende, inicialmente, a existência de um paradigma dominante que sofre uma descontinuidade ou uma crise, seguida de ruptura, para a partir daí nascer um novo paradigma (26:29-44).

³ As mudanças mais importantes ocorridas na ciência sempre resultaram da aceitação de um novo paradigma e o descrédito de um anterior. Um exemplo clássico ilustra bem a idéia de Kuhn: a teoria de Copérnico, que causou uma verdadeira revolução no estudo da ciência, de que a Terra gira em torno de seu eixo e os planetas transladam em torno do Sol. Esse novo paradigma, uma vez aceito, fez com que os cientistas e filósofos descartassem a teoria, ou paradigma, então vigente de que a Terra era o centro do Universo.

CAPÍTULO 2

TEORIAS DA NATUREZA DA GUERRA

“O homem é um predador cujo instinto natural é matar com uma arma”.
(Robert Ardrey) (29:42)

O homem, na tentativa de compreender o fenômeno guerra, tem buscado respostas nos mais diferentes ramos do conhecimento humano. Os estudiosos do fenômeno o analisam segundo abordagens, por vezes unidimensionais, das quais as mais comuns são a biológica, a psicológica, a antropológica ou cultural, a política e a sociológica. Entretanto, a depender da abordagem, da complexidade do fenômeno em si e a vasta gama de inter-relacionamentos disciplinares possíveis, a análise da natureza da guerra pode requerer uma mesclagem entre esses campos de abordagem (29:16).

Buscando uma resposta ao questionamento em proposição: se a guerra é cultural, considera este autor ser importante apresentar, inicialmente, as mais aceitas teorias sobre a natureza da guerra para depois discutir a dicotomia política e cultura na teoria da guerra.

Faz-se mister esclarecer que existem alguns estudos que consideram a guerra como uma manifestação direta da luta entre interesses econômicos. Todavia, muitos autores não colocam esses fatores, isoladamente, como explicação para o fenômeno guerra. Uma abordagem político-econômica também salienta os motivos políticos da guerra (29:38). Destarte, compreendendo que o atrito entre interesses políticos é reflexo de um conflito existente entre interesses econômicos, e que as forças econômicas atuam

somente por meio da política, este autor considera, como premissa, que os motivos econômicos são inerentes à natureza política da guerra.

2.1 A GUERRA COMO UM FENÔMENO BIOLÓGICO

A primeira hipótese colocada pelos biólogos é sempre a da lei da sobrevivência: toda a forma de vida, da planta ao homem, está engajada numa luta constante da qual somente os mais aptos sobrevivem. E para tal lutam, matam e morrem.

Na maioria das espécies animais, os indivíduos lutam entre si. Alguns são mais agressivos, isto é, têm maior propensão para atacar, outros menos. Em meio aos primatas, dos quais faz parte a espécie humana, existem diferentes níveis de agressividade⁴. Os homens desencadeiam a agressão com certa facilidade, necessitando de estímulos pouco intensos para tal (3:437).

A defesa de um território, a busca de alimentos e a atração sexual são os estímulos mais freqüentes da agressividade animal. De acordo com os biólogos (e mesmos psicólogos e psicanalistas), todos os indivíduos são dotados de um certo grau de agressividade inata e hereditária, que poderá ser exacerbada ou abrandada pelo ambiente e a experiência individual. Nos animais que vivem em coletividade, a agressividade, normalmente, se manifesta mais para fora do grupo que dentro dele. Entretanto, identificam os biólogos, as espécies que guerreiam, ou lutam em equipe, coletiva e organizadamente, são muito poucas. Fazem a guerra aqueles que vivem organizadamente em sociedade, como as formigas e os cupins, e, importante, que têm diferenciação de funções entre seus membros, ou seja, têm divisão de trabalho e hierarquia somáticas: rainhas, machos,

⁴ Alguns primatas, como os gibões malasianos, que são extremamente agressivos, só conseguem viver em grupos bem pequenos; outros, como os "macacos uivantes", gritam bastante mas nunca chegam à agressão física.

operários e guerreiros são fisicamente constituídos em função do papel que desempenham (12: 35).

Os estudiosos de biologia avaliam como sendo inato no homem que ele se oriente pelo instinto para a luta e para a guerra, sendo a guerra uma das formas como esse comportamento se manifesta. Segundo os etólogos, o comportamento social e político do homem, incluindo a guerra, se explicaria por sua “natureza animal”. Ele teria herdado seus instintos agressivos do reino animal (29:17).

Para Konrad Lorenz, etólogo e Prêmio Nobel, citado por John Keegan (25:101), a agressão “é um impulso natural cuja energia está no próprio indivíduo e que chega à descarga quando estimulado por um libertador apropriado”. A maioria dos animais amenizaria essas descargas agressivas por meio da submissão ou o recuo, o que não ocorreria com o homem após inventar as armas, que foram criadas, originalmente, para a caça. Como sobrepujava seu território, passou a ter que defendê-lo ou conquistá-lo matando seus semelhantes.

Os etólogos destacam duas hipóteses relevantes: a primeira de que o homem tem uma tendência inata para matar membros de sua própria espécie e, a segunda, de que ele tem um senso de território que se manifesta por um profundo apego emocional a uma determinada área. Segundo a teoria do imperativo territorial, de Robert Ardrey, o homem, desenvolveu, como uma característica genética instintiva, a tendência de lutar por seu território (29:18). Uma variação dessa tese, conhecida como teoria do territorialismo grupal, do etólogo austríaco Nikolas Tinberger, argumenta que a luta entre membros do grupo para ampliação ou defesa de seu território é uma das características do comportamento dos ancestrais do homem “e que é, ainda, nele inata”, sendo esta, para aquele autor, uma das principais causas da guerra (29:42).

Entretanto, o próprio Lorentz, conforme cita Ulisses Capozoli (9), embora defenda a tese da herança de territorialidade e agressividade da espécie humana, não as entende como genéticas, considerando que esses e outros conceitos foram misturados por diversos cientistas sociais formando o que resumiu como sendo um dos mitos “mais perigosamente persuasivos de nosso tempo”, aquele de que a guerra e a violência estão nos genes dos homens.

Dentre os críticos às teorias biológicas, destaca-se a posição da filósofa e cientista política Hannah Arendt. “Eu”, expressa Arendt, “não consigo entender porque nós somos solicitados a reconhecer que o homem comporta-se mais como uma espécie “territorialista grupal”, ao invés do contrário, que certas espécies animais comportam-se como o homem”. Ela diz não entender os estudos de eminentes cientistas na tentativa de descobrir porque os homens vão à guerra: “... para entender porque os homens lutam por seu país, sua terra, nós temos que descobrir instintos de territorialismo grupal em exaustivas pesquisas com formigas, peixes e macacos; para aprender que superpopulação resulta em agressividade, temos que nos exaurir em experimentos com ratos... um dia em um gueto de uma grande cidade seria suficiente”. E questiona, “por que, após ter sido eliminado todo o antropomorfismo da psicologia animal, tenta-se, agora, descobrir o quanto de teriomórfico o homem é?.. Não é óbvio que o antropomorfismo e o teriomorfismo, na ciência comportamental, são nada mais do que os dois lados de um mesmo erro?” (2:59-62).

Em sua obra “On Violence”, Arendt cita Otto Klineberg, que resume bem a crítica à teoria biológica: “soldados não são assassinos, e assassinos – aqueles detentores de agressividade pessoal – provavelmente, não serão bons soldados” (2:62).

Dessa discussão pode-se inferir que os indícios coletados pelos biólogos e etólogos, entremeados com descobertas antropológicas e do campo da psicanálise freudiana

não seriam suficientes para definir a natureza humana como violenta. Os homens têm, também, uma tendência forte para a cooperação, mais até, possivelmente, do que à agressividade. As explicações biológicas de que o comportamento dos homens, como o dos animais em geral, é governado por predisposições geneticamente programadas, são, também, contestadas por muitos cientistas sociais. E mais, a evidência do instinto de agressão em animais não está explicitamente comprovada, o que, para esses cientistas, nega ser inerente ao homem a agressividade (29:18).

Assim sendo, é, no mínimo, questionável o entendimento da guerra como um fenômeno biológico por si só.

2.2 A GUERRA COMO UM FENÔMENO PSICOLÓGICO

Aqueles que explicam a guerra como um fenômeno inerente ao psiquismo humano, normalmente, seguem quatro correntes principais, das quais duas partem das teorias da agressividade inata levantada pelos biólogos, enquanto a quarta corrente é a dos behavioristas, que avaliam a agressão como um comportamento adquirido.

A primeira das vertentes avalia o comportamento agressivo como um produto da seleção natural. As condições de vida do homem, nos primórdios, favoreciam àqueles que lutavam em grupos, ou seja, o instinto de luta individual evoluiu para uma característica coletiva.

Em outra variante, a interpretação psicanalítica expressa que o contexto social força o homem a conter seus instintos agressivos inatos; como decorrência, a agressão se transformou em uma parte do psiquismo social, coletivo, causando ou influenciando a eclosão de guerras (29:19).

A terceira derivação nesse primeiro grupo defende que a agressividade é resultado da frustração, um sentimento que os homens sofrem quando não podem atingir um dado objetivo, uma interpretação em termos freudianos⁵. Segundo J. Dollard, citado por Lider, “a ocorrência do comportamento agressivo sempre pressupõe a existência de frustração... e a frustração sempre leva a alguma forma de agressão”⁶.

A guerra, segundo os teóricos dessa corrente, seria um padrão institucionalizado de comportamento decorrente de necessidades sociais básicas, e que “resolveria as tensões pessoais dos membros da sociedade”. Em resumo, as frustrações tornadas coletivas conduziriam a surtos de agressividade do conjunto social; a guerra seria então “um dos mais eficientes artifícios... para liberar ódios, frustrações, ambições reprimidas, desejos realizados” ou, como diz Turney-High, citado por Lider: “é o grande gatilho que libera as emoções enclausuradas” (29:19-43).

Os behavioristas, por outro lado, entendem que o homem não é agressivo nem submisso, nem combativo, nem pacífico por natureza. Os fatores externos, i.e. a interação com o ambiente, a cultura e suas experiências, o movem em qualquer dessas direções. A coletividade agiria deliberadamente de acordo com as opiniões e emoções advindas de suas experiências e de seu meio.

O homem é movido por impulsos, como a sexualidade, o desejo de posse, a vontade de fazer valer sua vontade, e por satisfação de suas necessidades básicas, como a obtenção de alimentos, a defesa de um território, do lar, da família, do grupo, e, ainda, o sentimento de injustiça, estímulos que o leva à competição e ao conflito. Porém, pelo menos o ser humano normal, a imensa maioria dos homens, não sente propriamente um

⁵ Freud defendia que a agressividade era a frustração do impulso sexual pelo ódio. Depois, porém, impressionado com a tragédia da Primeira Guerra Mundial, em sua famosa carta enviada a Einstein, afirma que o homem tem em si uma “ânsia de ódio e destruição” (25:101).

⁶ Essa hipótese é contestada, entretanto, por alguns teóricos, destacando-se Leonard Berkowitz, para quem não existe essa relação direta frustração-agressividade (29:44).

desejo de lutar, como sente o desejo de se alimentar ou o desejo sexual. Como coloca Aron, o homem não agride seu semelhante, como os irracionais, por instinto; razões psicológicas e fatores externos estimulam sua agressividade (3:441).

As frustrações e as rivalidades entre pessoas que disputam bens escassos são fatos constantes na vida do homem que criam um componente conflitivo nas relações interpessoais. Estando em coletividade, esse componente é grupal e estimulará a agressividade do coletivo e, nessas ocasiões, se reunido em um bando ou gangue, ele entrará em choque com outros bandos ou gangues; se numa tribo, conflitará com outras tribos; estando em um estado-nação, guerreará com outros estados-nação. Alguns estudiosos que buscam as causas primárias das guerras nas coletividades procuram tendências belicosas nos estereótipos nacionais, com o que não concordam os antropólogos⁷.

A guerra é, entretanto, um fenômeno social. Sua natureza não parece explicável simplesmente como algo de animalesco intrínseco ao homem ou a seu psique, como colocam os biólogos, psicólogos e psicanalistas. Portanto, algo que as teorias da biologia ou da psicologia, isoladamente, não explicam satisfatoriamente.

2.3 A GUERRA COMO UM FENÔMENO SOCIOLÓGICO

A guerra, como já visto, é um fenômeno social e que, defendem alguns teóricos, surgiu em um dado momento da história, já que não existem certezas científicas se o

⁷ Estes entendem que, na sua maioria, os estereótipos são “mitos” criados em um imaginário etnocêntrico, portanto, muito das vezes, preconceituoso. Exemplificando: o alemão é frio e calculista, o estadunidense belicoso, o africano insolente, o brasileiro preguiçoso, etc. Não existe base científica concreta que sustentem esses estereótipos.

homem, pelo menos aquele anterior à Era Neolítica, guerreava⁸. Ela implica na organização da violência pelas coletividades que lutam entre si.

Corroborando com essa idéia, a respeitada antropologista Margareth Mead, afirmou que a guerra é uma invenção que existiu após a formação das primeiras sociedades humanas. Acrescenta ela: “guerra que entendo como conflito reconhecido entre dois grupos, no qual cada grupo põe um exército (mesmo que o exército seja somente de quinze pigmeus) em campo para combater e matar... é uma invenção semelhante a qualquer outra em termos de ordenação de vida, como escrever, casar, cozinhar...” (sic) (29:44).

Os fatos têm demonstrado, também, que a socialização não abranda a agressividade do indivíduo, ao contrário, tende a aumentá-la. A hostilidade de um grupo com relação àquele identificado como antagonista é muito mais forte do que a de um indivíduo em relação a outro. Nos grupos organizados, nos seios das tribos e nas cidades, a socialização dá margem a um sem número de oportunidades e motivos para a ocorrência de conflitos, sejam individuais, sejam grupais. Porém, nessas coletividades, existem meios para a solução pacífica das contendas. Em contrapartida, fora desse âmbito, em especial no campo internacional, não existe esse agente contemporizador representado pelo chefe da tribo, ou pelo Estado e seus instrumentos⁹. Inversamente, durante séculos os homens consideraram a decisão dos conflitos pelas armas como uma opção bem razoável.

Os indivíduos identificam-se com a coletividade a que pertencem, o que é uma necessidade até psicológica: o sentido de pertença. Alegram-se com suas vitórias e sofrem com suas derrotas e isso em um grau intenso¹⁰. Os acontecimentos que afetam o

⁸ Os antropólogos não respondem categoricamente a essa questão ainda. “Não existem provas de que os homens tenham se organizado e empregado táticas de combate antes da Idade do Bronze” (3:448).

⁹ A teoria hobbesiana do “estado natural” é mais bem expandida no capítulo seguinte.

destino coletivo os retiram da clausula do mundo individual. Um ataque contra a coletividade, a depender do grau da ofensa percebido, provoca uma reação agressiva, nos indivíduos, que é multiplicada progressivamente pelo coletivo (3:441-447). Essa violência para fora do coletivo, sendo ele uma tribo, nação ou o estado-nação moderno, é a guerra.

Diversos cientistas sociais relacionam a guerra com outros tipos de conflitos sociais, buscando origens ou características comuns. Buscam, dessa forma, determinar como atua o sistema social com a interação de fatores culturais, ideológicos, econômicos, psicológicos e outros no fenômeno guerra¹¹. Alguns desses pesquisadores criaram a “teoria geral de conflito”, um tema ainda em desenvolvimento, mas que tem atraído um número cada vez maior de estudiosos (29:110-125).

Para não fugir ao escopo desse trabalho, este autor não irá imiscuir-se detalhadamente no tema, sendo importante relevar que a teoria suscitou a elaboração de diferentes modelos. Nesses modelos são propostos níveis de graduação dos conflitos, chamados, por vezes, escalada ou espectro. Os modelos de conflito são hoje adotados por diversos estrategistas, estados-maiores e escolas de altos estudos militares. A França e Alemanha, por exemplo, utilizam um modelo de divisão tripla: crise (situação de tensão crescente), ameaça e guerra. (29:111). O Estado-Maior da Armada brasileiro emprega modelo que estabelece um espectro: situações de paz, de crise e estado de guerra (6:2-3).

¹⁰ Como ilustração, um exemplo dessa reação do coletivo pode ser encontrado nas torcidas de futebol que se tornam agressivas, às vezes em um grau muito elevado.

¹¹ Os sociólogos, em especial, preferem empregar o termo conflito, por sua abrangência, e nele incluir formas diversas de confrontos sob os quais eles procuram estudar fatores primitivos comuns, como paixões, o interesse e a violência natural (12:28).

CAPÍTULO 3

A DICOTOMIA POLÍTICA VERSUS CULTURA NA TEORIA DA GUERRA

“A guerra é a continuação das relações políticas,
com uma mistura de outros meios”.
(Clausewitz) (11:300)

“A guerra não é a continuação da política por outros meios”
(John Keegan) (25:19)

3.1 A GUERRA COMO UM FENÔMENO DA POLÍTICA

Prelúdio

O pesquisador do tema encontra um grande número de interpretações e distintas teorias. Essa diversidade, própria de quando se estuda temas que adentram pelo campo das relações internacionais entremeadamente com outras áreas das ciências sociais e humanas, implica na existência de diferentes níveis para a análise. Dentre as diversas classificações de nível de análise existentes, a mais clássica prevê três níveis: o subnacional, que estuda a guerra a partir dos fatores internos do Estado, seus grupos sociais, partidos políticos, seitas religiosas; o supranacional, que a analisa a partir do sistema internacional, com a interação entre Estados, no qual se concentra esse trabalho; e transnacional, cujos protagonistas são as associações. Normalmente, o estado-nação é a

unidade objetivo cuja ação se busca explicar quando se abordar o tema pelo viés da política (29:37). E mais, as normas do direito internacional entendem as guerras como existindo somente entre entidades políticas soberanas, ou seja entre Estados (29:57).

O homem necessita, na imagem de Thomas Hobbes, do “Leviatã” (21:108-117), um elemento ou organismo detentor da força que o controle e reprima suas tendências à desordem, ao desentendimento, às quizilas, bem como as resolva¹². Para os conflitos internos, intra-estatais, existem mecanismos do Estado que permitem o acerto pacífico das contendas, como as leis e os sistemas judiciais e policiais. No cenário internacional, seguindo o conceito hobbesiano do “estado natural”, reina a anarquia, já que, diferentemente do ambiente interno, não existe uma entidade supra-estatal que reprima, subjugu e solucione as contendas interestatais. Cada país tem seu exército, não existe uma autoridade detentora de força acima do Estado. O “estado natural” seria a guerra!

Para Maquiavel, era acentuado o sentido da necessidade de forças militares para emprego em benefício dos interesses maiores do Estado. Para ele, sem essas forças, a sobrevivência das instituições de uma sociedade politicamente organizada estaria comprometida, sendo os principais sustentáculos do Estado a existência de “boas leis e boas armas” (30:110-115).

Tanto Hobbes como Maquiavel nos levam à idéia de que os Estados, entidades políticas, necessitam de forças armadas para, por meio delas, interagirem, como necessário, uns com os outros. Portanto, prevêm a existência de elementos de força do Estado para atuarem em seu interesse externamente, portanto, no interesse da política.

É importante ressaltar, ainda, que as motivações políticas, em especial nas guerras entre unidades politicamente organizadas no mundo contemporâneo, não se apre-

¹² O Leviatã, na imagem de Hobbes, é “uma pessoa cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída... de modo a usar a força... para assegurar a paz e a defesa comum” (21:108).

sentam dissociadas de motivações econômicas (29:38). Sejam terras férteis em minerais ou petróleo, sejam interesses de empresas nacionais contrariados ou interesses da indústria bélica e muitas outras motivações. Talvez, em um caso ou outro, essas motivações econômicas, dissimuladas, possam parecer difíceis de serem identificadas, entretanto, frisa-se, muito dificilmente, no mundo contemporâneo, as motivações políticas para a guerra não estarão trazendo em seu âmago, também, alguma ou mesmo muitas motivações de natureza econômica. Por tal razão, o presente trabalho, a exemplo de diversos autores pesquisados, não analisa, separadamente, na teoria da natureza da guerra, esta como sendo exclusivamente um fenômeno econômico, preferindo entender as causas econômicas como parte da política.

Para a corrente de pensadores que entendem a guerra como um fenômeno político, a hipótese mais comum é a clausewitziana de que a guerra é a continuação da política, sendo, também, dela um instrumento.

Guerra e política segundo Clausewitz

No seu clássico “Da Guerra”, ou “Vom Kriege” no original alemão, Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz, um general e intelectual prussiano, dito o “filósofo da guerra”, que viveu entre os anos de 1780 e 1831, defende a guerra como sendo um instrumento da política, uma parte da vida política, não sendo, portanto, algo de independente em si mesma (11:300). Essa estreita e inseparável conexão da guerra com a política constitui-se no cerne da sua teoria da guerra.

A bem conhecida definição de Clausewitz, que, por tal consta como citação no início deste capítulo, explica a guerra não somente como uma continuação das relações políticas. Ela demonstra, além da relevância da política, da qual a guerra é apenas uma

prosseção, a existência de outros meios para a implementação de vontades e defesa de interesses da política. Em especial, ela dispõe da diplomacia. Antes de lançar mão do recurso extremo, a guerra, a política emprega a diplomacia e mesmo outros meios, como, nos dias atuais, é o caso da pressão econômica e dos embargos comerciais, instrumentos tipicamente utilizados pelas grandes potências controladoras da rede econômico-financeira globalizada. A diferença entre as duas maiores ferramentas da política é bem colocada por Raymond Aron, para quem a diplomacia é a arte de convencer, enquanto a guerra a de impor (3:60). Para aquele pensador francês, o diplomata e o soldado agem, não como membros, mas como representantes das coletividades a que pertencem. Eles vivem e simbolizam as relações internacionais, que, uma vez interestatais, levam à paz ou à guerra (3:52). Enquanto os canhões fumegam nos campos de batalha, a diplomacia cuida das negociações, ambos servindo igualmente aos desígnios da política. Como sintetizou o filósofo da guerra: “a arte da guerra no seu ponto máximo é a política, mas, sem dúvida, uma política que trava batalhas em vez de escrever notas”, incumbência que o Estado reserva aos diplomatas (11:303).

A guerra, ensina Clausewitz, não interrompe as relações políticas estabelecidas entre guerreiros e nações. As relações entre aqueles e a política não cessam mesmo durante o desenrolar da contenda, “independentemente das formas dos meios que se servem”, e mantêm-se vivas até o final da contenda. A política serve, ainda, de limitador ou mesmo de agente da escalada da guerra. Impõe limites à estratégia e mesmo, por vezes, diretamente aos níveis operacional e tático da guerra. A ligação intrínseca entre a guerra e a política é ressaltada por Clausewitz em um raciocínio pragmático: “será que a interrupção de notas diplomáticas vai fazer parar as relações políticas entre as diferentes nações e governos? Não será a guerra apenas um diferente estilo de escrita e linguagem

para o modo de pensar da política? É certo que tem uma gramática própria, mas sua lógica é peculiar” (11:300).

A subordinação do militar ao político na guerra, fato inquestionável para Clausewitz, reforça essa dependência, uma vez que as guerras são, para ele, apenas expressões ou manifestações da própria política, afinal, foi a política quem fez a declaração de guerra. As guerras que fogem da subordinação à política foram previstas na teoria clauswitziana como “guerras de morte”, que são aquelas nas quais o ponto de vista político desaparece completamente após o seu início. São guerras lutadas “por puro ódio” (11:302). Talvez possam enquadrar-se nessa categoria alguns tipos de guerras primitivas como será visto no Capítulo 4.

Uma das passagens mais discutidas pelos teóricos na teoria de Clausewitz está na interpretação do conceito da “Trindade Paradoxal”¹³. Disse o pensador prussiano que a guerra é mais do que um camaleão que muda de cor, se adaptando em suas características em cada caso particular. Como um fenômeno total, suas tendências dominantes sempre a fazem uma trindade, composta “pela violência original de seus elementos, ódio e animosidade”, o instinto ou força natural cega; “pelo jogo das probabilidades e azar” que a torna uma atividade independente do espírito; e por seu elemento de subordinação, como um instrumento da política, “pelo qual pertence puramente à razão”. O primeiro desses três aspectos relaciona-se com o povo, o segundo com o comandante e seu exército e o terceiro com o governo. Uma teoria que ignore qualquer dessas tendências ou crie qualquer relação arbitrária entre elas estaria em grande contradição com a realidade, segundo colocou aquele teórico (11:48-49). Portanto, configura-se, mais uma vez, a indissociabilidade da política com a guerra, sendo ela a racionalidade na teoria da guerra. Ela seria a representação racional da vontade da comunidade, da sociedade,

¹³ Conhecida, ainda, como “Trindade Maravilhosa”, “Extraordinária” ou “Notável”, a depender da tradução.

contemporizadora das emoções, do instinto dos indivíduos reunidos em coletividade, no emprego das forças militares para vencerem o jogo de probabilidade e acasos da guerra.

Clausewitz resume o seu pensamento no fechamento que faz de seu livro “Da guerra”:

“... a guerra é um instrumento da política; tem necessariamente de exhibir o seu caráter, tem de medir-se por sua escala; a condução da guerra, nos seus aspectos essenciais, é a própria política que impunha a espada em lugar da pena, mas que não vai, por causa disso, deixar de pensar segundo as suas próprias leis” (11:306).

Controvérsias na teoria

Clausewitz estabeleceu, como esse, diversos outros conceitos da teoria da guerra que se tornaram clássicos, estudados por prosélitos, acadêmicos, cientistas políticos e militares e nas escolas de altos estudos estratégicos e militares em todo o mundo. Porém, muito de suas idéias e conceitos suscitam controvérsias.

Alguns estrategistas, teorizadores, estudiosos e ensaístas renomados destacaram-se por apresentarem interpretações dissímeis ou mesmo por se contraporem frontalmente a conceitos clausewitzianos. São exemplos bem conhecidos, entre tantos, o clássico Antoine-Henri Jomini, os historiadores ingleses Basil H. Liddell Hart e John Frederick C. Fuller, e, mais recentemente, os historiadores Martin van Creveld, israelense, e John Keegan, inglês.

Uma dessas discordâncias, e que por vezes é colocada como falha da teoria, é o fato de não considerar o fator desenvolvimento tecnológico, a evolução das armas de guerra ao longo do tempo, o que, para alguns estudiosos, tornaria diversas de suas apreciações questionáveis (27:1). Outra questão, a das guerras primitivas, suscitada por Keegan, será analisada adiante.

Como é sabido, “Da guerra” foi uma obra inacabada e publicada postumamente. O autor a estava revisando, entretantes conseguiu concluir apenas a revisão do Capítulo 1 e algumas partes do Livro I¹⁴. Daí que o texto de Clausewitz, em muitos momentos, como bem evidencia o quinto, sexto e sétimo livros, apresenta uma “verbosidade característica de um primeiro rascunho” (11:3), além de aparentes contradições possíveis de serem apontadas em diferentes partes da obra¹⁵. Talvez, pelo fato de “Da Guerra” ser uma obra inacabada e que, ao longo dos anos vem recebendo diferentes traduções e versões, explique a grande variedade de interpretações e controvérsias nos conceitos propostos pelo general prussiano.

É importante colocar, todavia, que não parece caber na teoria de Clausewitz as guerras travadas por sociedades primitivas, estudadas por etólogos e antropologistas, para algumas das quais as guerras tinham caráter essencialmente cultural, por vezes endêmico, como adiante será mostrado.

3.2 A GUERRA COMO UM FENÔMENO CULTURAL

Guerra e cultura: abordagens antropológicas

Apreciar a guerra como um fenômeno cultural é a abordagem que dela fazem principalmente os antropologistas. Na tentativa de explicar o fenômeno, diversas hipóteses diferentes foram suscitadas por esses estudiosos, cujas principais são a seguir

¹⁴ A crise político-militar ocorrida na Prússia, em 1830, e sua missão como Chefe do Estado-Maior do Exército de Observação na fronteira polaca, o obrigaram a suspender esses trabalhos, que não foram retomados até sua morte no ano seguinte

¹⁵ Ele considerava apenas o Capítulo 1 do Livro I, que havia revisado, como conclusivo, os livros II a VI, embora prontos, não haviam sido revisados e os livros VII e VIII não passavam de notas soltas. O trecho do livro em que trata mais amiúde da questão entre guerra e política está contida no Livro V. Uma nota de 1827, do próprio Clausewitz, expõe a necessidade da revisão mencionada (11:6).

ementadas.

Uma primeira corrente afirma não ser a guerra um fenômeno eterno, avaliando-a como um produto da evolução cultural do homem através dos tempos, ou seja, ela não existiria até um dado momento da vida humana. As primeiras guerras, segundo essa corrente, teriam surgido nas tribos, as primeiras formas definidas de cultura, idéia prevalente, também, em algumas teorias sociológicas - ver Seção 2.3.

Outras hipóteses consideram que a guerra está relacionada com transformações culturais rápidas. Diferentemente do que muitos pensam, haveria, segundo essa corrente de pensadores, dentre os quais se destaca Quincy Wright, uma relação entre o crescente refinamento cultural e a freqüência maior de guerras. Haveria, em especial, uma relação entre o crescimento de organizações políticas em uma unidade cultural e sua belicosidade (29:21). Fortalecendo esse argumento, esses pensadores identificam que a freqüência com que a guerra ocorre em épocas de crescimento e expansão política, social, territorial e cultural é a mesma, se não maior do que em períodos de declínio. A época da Revolução Industrial, do Renascimento, da expansão otomana ou napoleônica seriam exemplos¹⁶.

Essas duas primeiras correntes têm diversos críticos. É difícil, moralmente, aceitar-se que a evolução do homem é promovida pela guerra, como também, é igualmente difícil isto provar conclusivamente. Os exemplos de avanços tecnológicos nascidos das pesquisas e do desenvolvimento do material bélico e que muito contribuíram, depois, para o bem estar do homem nos mais diferentes campos do conhecimento são abundantes, como também o são os instrumentos e entidades criados nos pós-guerras, visando evitar a repetição desses flagelos. A tentativa fracassada da Liga das Nações, a ONU e o avanço do direito internacional são alguns exemplos. Entretanto, a morte, a

¹⁶ Para os pensadores dessa corrente, o maior domínio de fontes tecnológicas também influenciaria a ocorrência de guerras.

dor, o sofrimento e a devastação que acompanham as guerras minimizam qualquer possível benefício. Existem pensadores, talvez mais darwinianos, todavia, que, seguindo a teoria da evolução da espécie, insistem em que a guerra pode trazer benefícios, uma vez que destruindo o mais fraco, dá vez ao mais capacitado a sobreviver.

Como uma terceira corrente, alguns antropólogos defendem que haveria características culturais especiais em culturas mais guerreiras. Determinadas culturas teriam a tendência de ser mais agressivas do que outras. Seriam exemplo os índios ianomâmis, os maoris neozelandeses, os samurais, entre outros. Outra hipótese suscitada por partidários dessa corrente, talvez um tanto simplista, é a de que diferenças culturais entre unidades sócio-políticas podem levar a desconfianças mútuas e interpretações dúbias das intenções do outro e, numa escalada, levar à guerra.

Existem, entretanto, defensores de tese exatamente inversa: quanto mais duas unidades se assemelham culturalmente, mais similares são suas necessidades e interesses, o que dá margem ao conflito de interesses; por conseguinte, o perigo de conflito violento entre essas unidades aumentaria (29:21).

Independentemente dessas correntes, o antropologista polonês Bronislaw Malinowski colocou de forma direta sua contestação às teorias ditas biológica, psicológica, sociológica aqui já apresentadas, embora permeie um pouco pela teoria da natureza política da guerra. Para ele, as guerras são determinadas culturalmente. A essência da guerra seria um choque entre culturas na forma de tribos ou nações independentes, uma confrontação armada entre unidades culturais independentes, empregando-se a força militar organizada e seguindo uma política tribal ou nacional, conforme o caso (29:21). Por seu conceito, somente unidades culturais fazem a guerra mas, mesmo assim, na busca de atingir seus objetivos políticos, o que, de certa forma, confronta a teoria de Keegan apresentada a seguir.

Keegan e a contestação a Clausewitz

O historiador militar inglês John Keegan inicia seu livro “Uma história da guerra” com uma polêmica paródia, reproduzida em citação no início desse capítulo, contrapondo-se à clássica definição de guerra feita por Clausewitz.

Ele avalia a teoria de Clausewitz a respeito da relação entre a política e a guerra como incompleta por implicar, necessariamente, na existência de Estados, de interesses de Estado e cálculos racionais sobre como eles podem ser atingidos. Clausewitz ao formular que a guerra é a continuação da política estaria, segundo avalia Keegan, expressando “o compromisso” existente entre os Estados que ele ao seu tempo conhecia, ou seja, do respeito à ética, à diplomacia, aos tratados, justificando-se nesse “acordo tácito”, por legítimo, o emprego da violência no superior interesse do Estado (25:21).

A teoria de Clausewitz apenas legitimaria a utilização da violência racional distinguindo-a daquela do rebelde, do pirata e do bandido, censura Keegan. Por essa convenção, os Estados modernos teriam o ambivalente amparo para reprovarem a violência ilegítima dos portadores ilegais de armas e legalizar o recorrer às armas no interesse da segurança nacional, *raison d'état*. Para ele, Clausewitz apresentou a justificativa que legitimava o uso da violência pela sociedade na forma do Estado; violência que ele, como um militar prussiano, praticara nas guerras da Revolução Francesa e nas guerras napoleônicas.

As guerras, todavia, retruca o historiador, já existiam há milhares de anos antes da criação do estado-nação moderno. Estados que, inclusive, nasceram como resultado de guerras de conquista ou guerras civis de independência ou insurreições. “As lições da história”, diz Keegan, “nos advertem que os Estados em que vivemos, suas instituições, até mesmo suas leis, chegaram-nos por meio de conflitos, amiúde do tipo mais san-

grento” (25:21). A história escrita do mundo é a história das guerras, que são tão antigas quanto a humanidade!

No contexto clausewitziano, a guerra seria feita sob alto grau de disciplina militar e obediência aos superiores e chefes, uma vez cumpridores das leis, e as batalhas travadas sob rígidas formas e convenções definidas. A guerra de Clausewitz tinha um começo e um final, porém, os conflitos travados à margem do Estado, releva Keegan, prevalecera durante longos períodos da história. São exemplos as guerras endêmicas de povos sem Estado ou mesmo em estágio pré-estatal, em que não era possível distinguir-se o portador legal do ilegal de armas, em que todos os homens da sociedade eram guerreiros. Uma forma de guerra que não era coberta pela teoria do general prussiano (25:21).

A falha essencial na definição de Clausewitz, segundo Keegan, foi o de ignorar o papel crucial desempenhado pela cultura nas guerras. A humanidade, há milênios, vai à guerra em meio a ambientes e fatores culturais nos quais não se pode distinguir entre qual é a violência legal e qual não é, ressalta. Pelo homem ser guerreiro, simplesmente, muitas guerras foram lutadas, e a maneira como o foram, entende ele, foi determinada não pela política, mas pela cultura das sociedades em luta.

No entender do historiador, a teoria clausewitziana reconhece somente uma única forma de organização militar, as forças pagas e disciplinadas do Estado burocrático. Keegan condena ainda Clausewitz por ter sido ele “incapaz de reconhecer uma tradição militar alternativa no estilo de guerrear dos cossacos”¹⁷, mesmo tendo ele lutado ao lado dos russos nas guerras napoleônicas e testemunhado o incêndio de Moscou provocado, segundo seu relato, pelos próprios cossacos, bem como as atrocidades cometidas contra

¹⁷ Segundo Keegan, os cossacos eram extremamente violentos e praticavam a pilhagem, rapto, estupro, assassinato e numerosas outras exorbitâncias nas guerras. Esse comportamento era parte intrínseca da forma com que guerreavam.

os franceses desgarrados do exército de Napoleão durante a retirada da Rússia¹⁸. Para Keegan, a guerra lutada pelos cossacos não era política mas sim uma cultura, uma maneira de viver.

As guerras, no pensamento do historiador inglês, podem ser lutadas por razões políticas, econômicas, porém, a força impulsionadora em seu âmago é a cultura das nações, dos povos. A guerra é causada por emulações tribais, étnicas ou até mesmo pelo culto de um aprazimento de natureza psicológica inerente a um grupo, raça ou casta (25:19 -78). A guerra está na cultura dos homens... a guerra é cultural!

Numa visão nada holística e bastante pessimista da natureza humana, o historiador israelense Martin van Creveld externou que a real razão pela qual existiria a guerra seria simplesmente pelo fato dos homens gostarem de lutar (13:221). Creveld vai ao extremo: “os homens poderão desistir muito bem das mulheres antes de desistirem da guerra” (13:222). Keegan acredita, também, nessa inextricabilidade do homem e a guerra: “a guerra atinge os lugares mais secretos do coração humano” (25:19). Ambos os pensamentos parecem estar mais próximos das idéias dos biólogos e etólogos, com suas experiências com ratos e estudos das formigas, ou dos psicólogos e psicanalistas, com suas explicações comportamentais aqui já tratadas.

A ligação entre política e guerra feita por Clausewitz e seus seguidores é rejeitada e substituída por uma vinculação da guerra à natureza humana, à cultura dos homens. Na teoria “keeganiana”, não existe mais justificativa ou legitimação para o uso da violência por forças de um Estado ou por quem quer que faça uso das armas. O exército do Estado, nesse sentido, passa a ser igual à súplica dos bandidos ou às corjas dos pirata, ambos não têm legitimidade para o emprego da força e das armas. É a guerra pela guerra em si mesma, aliás expressão também empregada por Clausewitz.

¹⁸ Os soldados que não chegaram a tempo, quando Napoleão em fuga, destruiu as pontes sobre o rio Beresina, após o exército francês cruzá-lo, foram espoliados e trucidados selvagememente pelos cossacos.

Keegan, entretanto, posiciona-se com sua teoria em apenas uma das dimensões de análise, a cultural, o que parece ser uma forma bastante restritiva e, ousado dizer, talvez um tanto simplista de se estudar um fenômeno social tão complexo como é a guerra. A contestação frontal que faz à natureza política e razões de Estado na guerra, como colocado por Clausewitz, parece ser uma posição por demais radical do historiador inglês e argumentada com base em apenas um viés desse complexo tema, a questão das guerras tribais, de algumas culturas mais propensas às lutas, ou mais guerreiras, de algumas guerras endêmicas registradas na história, das quais exemplos são tratados no capítulo seguinte.

É importante reafirmar, entretanto, que alguns exemplos de guerras, muitos dos quais referidos por Keegan, parecem não caber, por completo, na teoria clausewitziana.

CAPÍTULO 4

A EVOLUÇÃO DA GUERRA E SUAS CONSEQUÊNCIAS DA ANTI- GUIDADE ATÉ OS DIAS ATUAIS

“Você pode não estar interessado na guerra,
mas a guerra está interessada em você”.
(Leon Trotski) (37:9)

Para ilustrar a presente discussão são apresentados, resumidamente, a seguir, alguns exemplos de sociedades, ao longo da história, e o envolvimento destas com a guerra, buscando identificar a natureza das guerras a elas peculiares.

4.1 GUERRA PRIMITIVA: A PREDOMINÂNCIA DA CULTURA

As sociedades ditas arcaicas têm diferentes níveis de agressividade e de espírito competitivo. Cada uma dessas sociedades, organizadas em bandos ou tribos, desenvolveu valores e crenças próprias, diferentes culturas. Uma valorizavam mais os guerreiros, outras nem tanto ou até mesmo nem os tinham. Para essas sociedades, a guerra tinha uma natureza predominantemente cultural, embora estejam, de certa forma, mais próximas das explicações biológicas e psicológicas da guerra. Em certos casos de guerras tribais, o fator político pode ser identificado em sua natureza. São exemplos, as lutas travadas por grupos de guerreiros organizados para a guerra, cumprindo decisão de um chefe ou conselho tribal para conquista ou manutenção de territórios ou de fonte de alimentos ou suprimentos.

Os ianomâmis: a cultura das lutas

Como é sabido, os ianomâmis habitam a região das cabeceiras do Orinoco, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Eles sobrevivem de pequenos cultivos e suas aldeias não distam muito umas das outras, concentrando, cada, cerca de 40 a 250 índios. As armas dos guerreiros ianomâmis remontavam à Idade da Pedra, se resumindo apenas a arcos e flechas simples e tacapes de madeira (25:111-115).

Após serem contatados pelos brancos, na segunda metade do século XX, foram chamados de “povo feroz” em razão de seus hábitos extremamente violentos. Faz parte de sua cultura a demonstração de “ferocidade dos homens” (chamada de “waiteri”), que também estendia-se à coletividade, já que as tribos também procuram externá-la para as tribos vizinhas.

As mulheres ianomâmis são muito mal tratadas¹⁹ e servem como o principal elemento de troca ou de prêmios nas lutas, tanto individualmente como entre as aldeias. Os homens lutam entre si em desafios ou festas internas, bem como, coletivamente, entre tribos, de forma ritualizada e violenta²⁰. A guerra entre aldeias, normalmente, se dá por meio de incursões²¹ e têm como propósito, na maioria das vezes, a conquista de mulheres. A evolução de um duelo individual, também causado por algum motivo em torno de mulheres, comumente está na origem dos conflitos entre aldeias. As guerras, além das incursões inesperadas, se dão também em uma série de escaramuças rápidas, em pontos diferentes e próximos na selva, e que terminam de repente sem vencedores

¹⁹ É comum os espancamentos em mulheres e até ataques a flechadas por homens enraivecidos por algum motivo mesmo que fútil.

²⁰ Esses duelos crescem gradualmente de violência, iniciando-se pela troca de socos no peito, passando pelas lutas de porretes até a de lanças.

²¹ Outra forma é a “festa traiçoeira”, em que potenciais inimigos, convidados para uma festa, nela são surpreendidos.

determinados.

Os nativos ianomâmi vivem, portanto, sempre em luta, seja em caráter individual, seja coletivamente, entre as aldeias. A guerra endêmica desse povo amazonense tem uma natureza essencialmente cultural. Ela não se destina a garantir território, alimentação ou mesmo conquista de poder, uma vez que as tribos não se apropriam das terras umas das outras. Não cabe qualquer natureza política nessas lutas que tinham, na verdade, forte contexto ritualístico e consuetudinário.

Os polinésios pascoenses: a guerra sem fim

A Ilha da Páscoa ou Rapa Nui, seu nome nativo, localizada no Pacífico Sul, é um dos menores e mais isolados lugares habitados do planeta²². Acredita-se que o início de seu povoamento se deu no século III. A cultura de seus habitantes é a de uma sociedade polinésia teocrática na qual os chefes tribais são considerados descendentes divinos, atuando, também, como sumo sacerdotes. Com os poderes a si conferidos (*mana* e *tabu*)²³, os chefes/sumo sacerdotes lideraram Rapa Nui de forma harmoniosa e pacífica por muitos anos. O ápice de uma época civilizada de paz e ordem se deu na ilha por volta do ano 1000 e por cerca de mais 700 anos, no qual os ilhéus esculpiram e ergueram mais de 300 estátuas gigantes sobre extensas plataformas de templos (25:41-45).

Imperceptivelmente, porém, o meio ambiente local foi mudando. A população crescente devastou a floresta, na extração de madeira e busca de alimentos e espaço,

²² A Ilha da Páscoa, que pertence, hoje, ao Chile, fica a cerca de 3.200 km da América do Sul e a 5.000 km da Nova Zelândia, tendo 180 km² de área. Apesar das longas distâncias entre as ilhas do Pacífico Sul, a civilização polinésia alcança desde a Nova Zelândia ao Havaí e à Ilha da Páscoa.

²³ Os chefes tribais tinham o poder de atuarem como mediadores entre os deuses e os homens (*mana*) e por tal tinham o direito divino (*tabu*) sobre a terra, locais de pesca e seus produtos e outras coisas “boas e desejáveis” (25:42). Os dons *mana* e *tabu* asseguravam e controlavam as relações entre os chefes e seus súditos.

provocando na redução das chuvas e, conseqüentemente, exaurindo a agricultura. A madeira escasseando fez reduzir a construção de barcos, diminuindo também a pesca. A vida na antes aprazível Rapa Nui foi se tornando brutal: foram desenvolvidas armas mais mortais e surgiu uma casta de guerreiros sanguinários²⁴. Dois clãs separaram-se, ocupando locais distintos na ilha, passando a guerrear continuamente um contra o outro. O chefe “descendente do fundador” tornou-se uma figura simbólica. Em meio à decadência, as estátuas foram paulatinamente derrubadas, como um insulto ao *mana* do chefe do clã inimigo ou como sinal de rebelião dentro do próprio clã. Nasceu uma religião diferente da tradicional, dominada pelos guerreiros. Antropologistas que chegaram à ilha, no século XIX, encontraram sinais da ocorrência de guerras endêmicas, escravização e de até canibalismo, na fase decadente. Túneis e cavernas naturais na lava foram fechados por ilhéus, com o uso de pedras retiradas das estátuas destruídas, que neles passaram a morar na tentativa de fugir das agruras das guerras sem fim. A sociedade degenerou-se e a população caiu de cerca de 7.000 habitantes para apenas 111 no final do século XIX (25:43).

O que houve na pequena ilha da Páscoa, no século XVI, foi uma revolução cultural na qual a guerra tornou-se endêmica. No passado, a cultura polinésia havia mantido, por meio do *mana* e do *tabu*, um relacionamento harmonioso na sociedade da ilha. Existia uma espécie de aliança política entre os chefes e seus súditos. A guerra endêmica, autodestrutiva, que assolou, por anos, Rapa Nui, levou ao fim, primeiramente essa aliança, a política, depois a cultura e finalmente quase a própria vida foram destruídas (25:45).

Houve, em resumo, uma transformação cultural na ilha que, entretanto, foi causada por fatores naturais e econômicos (a superpopulação, a escassez de alimentos). A

²⁴ Os *tangata rima toto*, ou “homens com as mãos sangrentas” (25:43).

luta pela sobrevivência rompeu, inicialmente, os elos dentro da sociedade e depois externamente a ela. As lutas fratricidas entre os polinésios da Páscoa não parecem, todavia, enquadrar-se nos conceitos clássicos de guerra aqui colocados. É um caso típico em que a degradação da sociedade levou o homem à guerra endêmica, a guerra como um fim nela mesma e não, como colocou Clausewitz, um meio de que se serve a política, uma extensão desta.

Os zulus: uma nação de guerreiros

Outro caso de revolução cultural que levou à derrocada de uma sociedade é a dos nativos sul-africanos zulus, ocorrida no século XIX. Keegan o utiliza, inclusive, como um exemplo que contrapor-se-ia à teoria clausewitziana (25:45-49).

Os zulus eram um povo pacífico que levava uma pacata vida rural no pastoreio de gado, destacando-se pela polidez e cordialidade de tratamento que devotavam uns aos outros e para com os estrangeiros. Eram obedientes à lei, não conheciam a escravidão e a vingança não era cultivada. Os chefes mediavam e resolviam as controvérsias havidas em suas tribos. Algumas desavenças sobre pastos ocasionalmente poderiam transformar-se em embates físicos, mas não levavam a mortes. O perdedor, normalmente, era expulso de sua terra, isolando-se ou agregando-se a uma outra tribo. As guerras eram bastante ritualizadas, iniciando-se por uma troca de insultos e encerradas ao serem provocadas baixas. Esse ritualismo dos conflitos levava a uma limitação da violência no seio dos zulus (25:46).

Entretanto, em poucas décadas, no início do século XIX, houve uma notável mudança cultural em meio aos zulus. Shaka, o chefe de uma tribo, criou, em poucos anos, um exército selvagemmente disciplinado que travava batalhas de aniquilação e com

ele reduziu seus inimigos a tribos em fuga, que vagavam por centenas de quilômetros, nas estepes sul-africanas, em busca de refúgio, em um verdadeiro caos social. Todas as comunidades de cerca de um quinto da África foram profundamente afetadas pelo terror zulu, muitas completamente desintegradas pela migração forçada.

Na busca de explicações para o fenômeno, identificou-se que a vida idílica dos antes amigáveis pastores zulus tinha mudado, no final do século XVIII. O aumento dos rebanhos, seu bem econômico maior, os pressionava por mais terras. Eles, entretanto, descobriram-se sitiados: a oeste, a pastagem não era de boa qualidade; ao norte havia o temido “cinturão da mosca tsé-tsé”; ao sul, as plantações de milho, oriundas da América, provocaram um aumento da população nguni, além da existência dos bôeres da Cidade do Cabo, portadores de armas de fogo; e a leste, o mar.

Shaka organizou regimentos permanentes, por idade, altamente disciplinados, selvagens e sanguinários, que atuavam nas guerras sem limitações para a violência²⁵. O objetivo em um conflito militar era exterminar o inimigo e, normalmente, matavam por estripação. Sem limites para a violência, não vacilavam em matar cruelmente mulheres e crianças.

A autonomia e cultura zulu foram destruídas na batalha final de Ulundi, em 1879, quando foram derrotados pelos britânicos e africânderes (19:441).

Na análise de Keegan, a destruição dos zulus foi um exemplo de outro paradoxo da guerra. Shaka abandonou as tradições culturais de seu povo para formar uma sociedade militarista, repressiva e cruel, que buscava, por meio de uma nova cultura, garantir um modo particular de viver, a economia pastoril zulu. No dizer de Keegan, ao invés da

²⁵ Os jovens eram separados da sociedade e levados a viver em acampamentos militares, até atingir os 40 anos de idade, único momento em que era permitido o casamento e, ainda assim, com uma guerreira de um regimento feminino. Com essa medida drástica, a taxa de natalidade da região, em pouco tempo, foi reduzida. O guerreiro também trabalhava compulsoriamente para Shaka. (25:47).

guerra ser “a continuação da política”, ela, um fim nela mesma, levou uma sociedade à destruição e desgraça.

Este autor, entretanto, discorda, em parte, da conclusão de Keegan. Na verdade, Shaka desejava estender as fronteiras das terras zulus. Criou uma catástrofe social com o deslocamento em fuga de povos que abandonavam suas terras e seus estilos de vida estabelecidos. Os guerreiros zulus efetivamente praticavam a guerra como um meio, diferentemente daquela guerra endêmica dos polinésios pascoenses que faziam a guerra como um meio em si mesma. Pode-se inferir um fim político em todo o terror desenvolvido por Shaka e seus guerreiros, por mais cruel e destruidora que fosse a atuação deles nas savanas sul-africanas. A política do terror e da devastação foi a forma que o governo zulu, sob a liderança do rei Shaka, encontrara para a sobrevivência em meio ao verdadeiro cerco em que sua nação se encontrava, seja pela natureza, seja pelos europeus e seus descendentes africanos. A expansão territorial dos zulus era, no entender político de seu rei, a única saída, e a transformação da sua sociedade pacífica em um povo militarizado foi o caminho encontrado para a consecução dos seus objetivos políticos. Aliás, a história mostra exemplos de atuação análoga à dos zulus, por distintas razões, em outros povos ditos “mais civilizados”. O caso, do nazismo, utilizando-se da ideologia, é emblemático.

Em resumo, pode-se dizer que encontramos, nos presentes exemplos selecionados de guerra primitiva, a guerra absoluta, conceito externado por Clausewitz, significando a violência levada ao extremo, sem limites, a guerra como um meio em si mesma. Fatores políticos parecem ter influência em um dos casos estudados, o dos zulus, diferentemente, inclusive daquilo teorizado por John Keegan.

4.2 GRÉCIA: A PREDOMINÂNCIA DA *POLIS* SOBRE OS GUERREIROS

A Grécia Antiga, considerada o berço da cultura ocidental, era formada por cidades-estado independentes e autônomas, as *polis*. A população vivia mais nos campos, em propriedades geralmente na faixa de até seis hectares, nas cercanias das áreas urbanas, onde subsistiam principalmente da agropecuária. Assim, qualquer ameaça de invasão dos campos em volta das *polis* colocava em risco não apenas a sobrevivência dos cidadãos no inverno seguinte, mas também seu “estatuto de homem livre”, uma condição por demais cultivada pelos gregos da Antigüidade (25:254-269).

As leis das cidades-estado gregas, normalmente, previam a concessão de direitos políticos aos que portassem armas, uma classe hereditária descendente dos antigos conquistadores da região. Esses eram os cidadãos. Em Atenas e em outras cidades-estado, os filhos dos cidadãos eram recrutados e disciplinados no atletismo, na caça e nas artes militares do soldado. Aqueles que se tornavam guerreiros passavam a ter privilégios sobre os demais, que eram excluídos do direito de votar e tinham menos direitos. Formavam uma classe de cidadãos-guerreiros, portanto. Havia, também, na sociedade das *polis*, uma terceira classe social, os escravos, que eram, normalmente, oriundos de povos derrotados nas guerras.

Esparta era o maior exemplo de uma sociedade guerreira na Grécia Antiga. Lá as diferenças entre os guerreiros livres e os servos atingiam um grau extremo. Existiam, basicamente, três classes sociais bem distintas em Esparta: os espartanos (cidadãos-guerreiros), os *periecos* (servos sem direitos políticos) e os *hilotas* (escravos estatais). A iniciação dos jovens nas tropas iniciava-se aos sete anos de idade. Aos vinte anos passavam a viver em alojamentos, mantidos pelo Estado, e, embora pudessem casar, não vi-

viam com suas esposas até os trinta anos, quando recebiam a cidadania plena, caso fossem para tal eleitos. Esparta era governada pelo Senado, com dois monarcas e 28 anciões (31:45).

Atenas, em especial, pós-reforma de Solon, no século VI a.C, era organizada politicamente em um sistema democrático. As guerras eram decididas, no voto, por uma assembléia de cidadãos, reunidas na agora, depois de acirradas discussões.

As guerras médicas, travadas entre os gregos e os persas aquemênidas, ou medidas, no final do século VI a.C., uniu Atenas e Esparta, tradicionais inimigos, na Liga de Delos. A vitória grega levou à expansão e à supremacia atenienses no Mediterrâneo. Entretanto, logo voltaram atenienses e espartanos às desavenças e, conseqüentemente, a uma longa e sangrenta guerra, a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C.), vencida pela liga liderada por Esparta.

As guerras atenienses e de muitas outras *polis* gregas tinham motivações de caráter defensivo, como foi o caso das guerras contra os persas, ou caráter punitivo, como ocorrido nas lutas para vingar invasões dos campos das cidades-estado, uma afronta ultrajante, pela significação que essas terras tinham para os cidadãos-guerreiros, como já exposto. Os conflitos entre cidades-estado, Atenas e Esparta, em especial, visavam, antes, a ampliação das alianças entre essas *polis* do que a conquista de território²⁶. As guerras de conquistas eram empreendidas em além-mar, onde os gregos procuravam criar colônias, como foi o caso da expansão sob Alexandre, no século IV. Portanto, na Grécia Clássica as guerras tinham natureza política. O exército e a esquadra gregos atuavam somente sob o abrigo da política, evidenciada por meio das decisões tomadas na assembléia dos cidadãos.

²⁶ Algumas alianças nasceram de guerras entre si, outras foram celebradas para que, coligadas, as *polis* se defendessem de inimigos comuns.

4.3 ROMA: O MILITARISMO CÍVICO

Os romanos descendiam dos etruscos²⁷, povo originário da região da Toscana, porém, sua organização militar era, inicialmente, baseada na dos hoplitas²⁸, e mesmo a organização política era, em parte, inspirada naquela da Grécia Clássica. No século VI a.C., Roma era uma república e começou a expandir-se, lutando por autonomia contra o domínio etrusco. A república romana era, em termos gerais, governada por dois cônsules, eleitos para um período de um ano, e possuía um Senado. Em situações de risco, os cônsules eram substituídos por um ditador. As províncias eram dirigidas por pró-cônsules. Todas as ações dos cônsules, inclusive as decisões sobre as guerras, eram tomadas sob a autorização do Senado (28:50-67).

A partir do século IV a.C., Roma aumentou sistematicamente seu poder e domínios, combinando, habilmente, operações militares e diplomacia. Efetuando, inicialmente, alianças ou se impondo aos povos latinos da península, Roma expandiu-se até criar uma confederação, por volta do ano 260 a.C. A expansão na península foi consolidada com o estabelecimento de diversas colônias estratégicas e a construção de estradas (vias) ligando todas as regiões da “bota” italiana com a metrópole (31:60-65). Muitas das guerras travadas por Roma foram lutadas em defesa de cidades-estado suas aliadas. Esses aliados, depois, foram se tornando súditos da metrópole romana.

Nessa época, duas potências destacavam-se no Mediterrâneo Ocidental: Roma e Cartago. O choque tornou-se inevitável. No período de 264-241 a.C., deu-se a Primeira Guerra Púnica. A Segunda Guerra Púnica foi lutada entre 216 a 201 a.C. Nela, o general

²⁷ Existem diversas controvérsias acerca da origem de Roma na qual misturam-se lendas com fatos. Antes mesmo dos etruscos outros povos latinos, oriundos de regiões próximas, teriam vivido na região de Roma.

²⁸ O exército de infantaria da Grécia Clássica. Vale observar que, no século IV, os romanos já tinham exércitos profissionais regamente pagos (25:279).

cartaginês Aníbal chegou às proximidades de Roma, impondo uma avassaladora derrota aos romanos em Canas, não atacando, porém, a cidade²⁹. Posteriormente, os romanos, sob o comando de Públio Cipião, o Moço, atacaram as colônias cartaginesas na Espanha, conquistando aquela região. Tempos depois, o mesmo Cipião conquistou e destruiu Cartago. Ao fim das Guerras Púnicas, Roma tornou-se uma potência tricontinental (25:278-297)

Desde a época das guerras Púnicas, estava em curso na península italiana um hábil processo de atribuição de cidadania romana plena aos povos que lá habitavam, com direito a exercer cargo público e votar. Esse processo estendeu-se depois às mais diversas e mesmo longínquas províncias do império. Como resultado, houve uma ampliação no contingente das legiões e os legionários, um misto de soldado e cidadão, desenvolveram um sentimento cívico, patriótico, que se refletiu nos campos de batalha. Em qualquer lugar do grande império, os súditos de Roma orgulhavam-se da cidadania romana: “civis Romanun sum!”³⁰ (8:573). Como coloca o historiador Victor Hanson, com seu governo constitucional republicano, com separação de poderes, “os romanos haviam criado uma nação de cidadãos em armas livres... haviam transformado a idéia de *polis* no conceito de *nátio*”. (19:169-184).

No século I a.C., Roma havia se transformado em um poderoso império, porém, ainda sob uma constituição republicana. Nos anos 50 a 45 a.C., a guerra civil levou Roma ao império dos Césares, ou cesarismo, sob o qual foram ampliados e mantidos os limites do grande império romano.

Existem divergências entre os historiadores acerca das razões para o expansionismo romano. Uma corrente defende que as motivações não seriam econômicas, já que alimentos para uma população crescente poderiam ser encontrados em regiões mais

²⁹ Os romanos, entretanto, conquistaram, posteriormente, a Córsega e a Sardenha dos cartagineses.

³⁰ “Sou um cidadão de Roma!”

próximas, outros sustentam a hipótese contrária, alegando que as terras próximas não eram assim tão ricas. A conquista de colônias que alimentassem a metrópole com produtos de valor e especiarias, além de enriquecê-la com a cobrança de tributos estaria entre os motivos. Como diz o historiador William Harris, citado por Keegan: “O ganho econômico era, para os romanos, parte integrante da guerra vitoriosa e da expansão do poder” (25:280). Portanto, razões político-econômicas.

Por volta do século V, iniciou-se a decadência do poderio romano e o império foi dividido em dois, o Oriental e o Ocidental. A seguir, os povos sedentários germânicos do Oriente e os nômades sármatas, impelidos para o oeste pelo avanço dos hunos vindos das estepes eurásianas, romperam as fronteiras do então apenas nominal Império Romano do Ocidente (38:415). O Império do Ocidente foi pulverizado em diversos reinos bárbaros, enquanto o Império Oriental, bizantino, manteve-se até cair, com Constantinopla, em 1453.

As guerras de Roma e do portentoso Império Romano, com sua república constitucional e seus soldados-cidadãos, são exemplos de guerras lutadas sob motivações e o controle da política.

4.4 A GUERRA NA IDADE MÉDIA: CULTURA, RELIGIÃO E POLÍTICA

Durante a Idade Média, período que vai desde a queda de Roma, por volta de 450 d.C., a Europa viveu um extenso período de invasões, até cerca do ano 1000, seguido do período feudal (1099 a 1299). Durante quase todo esse período, não havia fronteiras delineadas, nações, nacionalismos.

Como é sabido, o feudalismo era estruturado em um sistema de senhores ou su-

seranos e vassallos. Somente os nobres e a alta classe clerical tinham, politicamente, representatividade junto aos soberanos. Pode-se dizer que, nesse período, a Europa Ocidental era uma sociedade organizada para a guerra. Os reis, teoricamente os donos das terras, mantinham uma força de cavaleiros armados que era provida por aqueles a quem ele cedia terras, seus vassallos³¹. Na formação de seu exército, o rei estabelecia um número determinado, uma espécie de cota, de cavaleiros por vassallo (31:120).

O cavaleiro medieval era treinado desde jovem. Lutar era a razão de ser e o principal passatempo da nobreza feudal; o ethos do valor militar e a lealdade ao senhor eram enormes (31:120). Entretanto, a manutenção de um exército com cavalos de combate, armaduras e escudeiro era um investimento bastante pesado para os reis, senhores feudais e sua "rede" de vassallos, o que implicava em que as guerras medievais fossem de curta duração, embora se repetissem de tempos em tempos. Além dessa limitação, no tempo, havia também limitações em espaço, em distâncias, regionalizando muito as guerras.

Normalmente, as guerras medievais eram confrontos entre reis ou príncipes, quase como casos pessoais, por rixas e *vendetas*, lutas sucessórias, por heranças, por conquistas de terras ou de poder. Também ocorriam casos de vassallos, que se fortaleciam econômica e militarmente, e que eram combatidos por seus suseranos, ou que iam à guerra contra estes para a conquista de poder. A complicada estrutura de suserania e vassalagem dava margem a conflitos de lealdade entre os suseranos e seus vassallos e entre si. Somente com o surgimento das monarquias nacionais é que começaram a surgir objetivos políticos mais perceptíveis nas guerras do período medieval, como é o exemplo da Guerra dos Cem Anos³².

³¹ Os primeiros vassallos, por sua vez, redistribuíam terras para novos vassallos e assim sucessivamente.

³² A Guerra dos Cem Anos, lutada, embora não de forma contínua, por cerca de um século (1337-1453), cuja consequência política mais importante foi a definitiva expulsão dos ingleses da França e o fortalecimento das identidades nacionais na Europa Ocidental, é um exemplo desse tipo de guerra (15).

A era medieval testemunhou, também, durante os três primeiros séculos do segundo milênio d.C., um expressivo episódio da história: as cruzadas. Com uma profunda motivação religiosa, exércitos foram formados, sob o estímulo e o apoio papal, na verdade como forma de expandirem o cristianismo (pode-se inferir, uma decisão política ou político-religiosa dos papas). Foram diversas campanhas, para reconquistarem dos muçulmanos as “terras santas”, no Levante, e, em menor escala, contra os bizantinos do leste³³. Em algumas das cruzadas, entretanto, a motivação religiosa era confundida com outras, como foi o caso, por exemplo, da Cruzada Albigense (1208-1229), no sul da França, nascida de um grave desentendimento político, e a dos cavaleiros teutônicos contra os pagãos prussianos, que tinha, além da motivação religiosa, objetivos seculares de conquista territorial. Como legado de sucesso das cruzadas está a reconquista da Península Ibérica aos mouros (31:109-123).

Na Itália, após uma breve reunificação em meados do século VI, houve nova fragmentação e, no final do século IX, a península estava dividida entre lombardos, bizantinos, francos, venezianos e árabes. Com o desenvolvimento do comércio, os mercadores ricos e as novas classes profissionais urbanas levaram ao surgimento de novos sistemas de governo, dos quais nasceram as cidades-repúblicas italianas, com forte sentimento cívico. Entretanto, por volta de 1250, os governos republicanos das cidades-estado deram lugar, em muitas delas, aos governos de déspotas. As cidades lutavam entre si, por questões relacionadas à luta pelo poder entre as famílias dos déspotas ou para conquistas de outras cidades-estado, muitas das quais nas mãos de estrangeiros, como os franceses. Os papas, detentores dos estados pontifícios, tinham, também, forte poder secular³⁴, e por meio de alianças e guerras conquistavam terras ou combatiam governos

³³ Cristãos ortodoxos, separados da Igreja de Roma pelo Cisma de 1054 (na verdade um processo gradual iniciado por volta do ano de 381).

³⁴ Em especial, nos séculos XI e XII, houve um grande aumento do poder e do prestígio do papado

antagônicos. Com a riqueza advinda do comércio, o nível de educação das classes mais abastadas e o estímulo proveniente da Igreja Católica, deu-se, por volta de 1400, o Renascimento, ocasião em que também se formavam os novos Estados monárquicos europeus.

Não se pode classificar as guerras do período medieval, em especial as feudais, como sendo continuação da política, nos termos clausewitzianos, embora, em muitas ocasiões, existissem negociações e alianças entre os reis ou príncipes, e interesses de Estado. Elas eram mais fruto da cultura da época, em especial, as lutas entre senhores feudais. Somente mais para o final da Idade Média é que as motivações e objetivos políticos começaram a ser melhor identificados.

4.5 A GUERRA NOS ESTADOS-NACIONAIS MODERNOS: A PREVALÊNCIA DA POLÍTICA

O estado-nação originou-se de um processo gradual de evolução a partir das cidades-estado européias e das novas monarquias surgidas por volta do final do século XIV e início do século XV. Entretanto, a maneira principal com a qual as novas monarquias exerceram seu poder foi por meio da guerra. Em todo o século XVI houve apenas cinco anos de paz, no século XVII foram quatro os anos sem guerras na Europa. Não só em terra como nos mares, o poder dos Estados era confrontado (31:182).

As divisões religiosas pioraram esse quadro desestabilizador das relações internacionais na Europa no início do século XVI. Entre 1562 e 1598, e, posteriormente, entre 1621 e 1629, as guerras religiosas paralisaram a França; por cerca de oitenta anos (1560-1648) os Habsburgos da Espanha, católicos, monarcas dos Países Baixos, lutaram

contra seus próprios súditos, protestantes³⁵. As motivações religiosas, portanto culturais, segundo a conceituação aqui estudada, mas também as rivalidades políticas e comerciais, lutas sucessórias dinásticas e por conquistas ou reconquistas territoriais levou o Sacro Império Romano-Germânico, no período de 1618 a 1648, a uma série de guerras ou campanhas, que se estendeu por toda a Europa, conhecidas como Guerra dos Trinta Anos (31:184).

O Tratado de Westfália, celebrado em 24 de outubro de 1648, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, redesenhou a Europa, criando as fronteiras nacionais e, assim, consideram os historiadores, os estados-nacionais modernos.

Desde essa organização política, as guerras passaram a assumir um caráter totalmente político. Os países passaram a ter seus exércitos, ainda que no início formados principalmente de mercenários, porém, depois, em especial com Napoleão, por cidadãos do Estado. Dentro desse cenário foi que Clausewitz escreveu sua clássica teoria da guerra.

As motivações e objetivos políticos levaram as nações à guerra nos séculos XIX e XX, como, para citar alguns poucos exemplos, as disputas franco-inglesas pelo domínio colonial (1600-1815), as guerras da Revolução Francesa (1792-1794), as guerras de Napoleão Bonaparte (1799-1815), a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai (1864-1870), as diversas guerras de colônias contra Estados imperiais pela independência, como a Revolução Americana (Guerra da Independência – 1776-1783) e as guerras de independência das colônias hispano-americanas (1808-1826), e, mais recentemente, as duas Guerras Mundiais, a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã.

³⁵ Ao final da guerra, os Países Baixos ficaram divididos em um sul católico (a atual Bélgica) e o norte calvinista (Holanda) (31:184).

CAPÍTULO 5

A TEORIA DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

“... a fonte fundamental de conflito neste novo mundo não será, primariamente, ideológica ou econômica. Tanto as grandes divisões da humanidade como as fontes dominantes de conflito serão culturais”.

(Samuel Huntington) (24:277)

Desde o fim da Guerra Fria, estrategistas, formuladores das políticas exteriores e outros pensadores tentam encontrar resposta sobre qual será, agora, o elemento balizador das relações internacionais na nova ordem mundial. Em meio às muitas proposições havidas, sobressaiu-se como uma das mais intrigantes e polêmicas a tese de um prestigiado acadêmico conservador, professor catedrático da Universidade de Harvard e ex-diretor do Departamento de Segurança do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, no governo Jimmy Carter, Samuel P. Huntington: a teoria do choque de civilizações, publicada, inicialmente, em 1993³⁶.

Após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, a teoria de Huntington voltou a ocupar os ciclos de debates acadêmicos e as discussões em artigos publicados e em seminários em todo o mundo.

A hipótese principal de Huntington é a de “a cultura e as identidades culturais – que, em um plano mais amplo, são as identidades das civilizações - estão moldando os

³⁶ Sob esse título, Huntington publicou um artigo, em 1993, na revista *Foreign Affairs*, estendendo-o com maior profundidade em um livro que publicou em 1996.

padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós-Guerra Fria” (23:18). Sugere ele a existência de um novo paradigma sobre a ordem mundial e as origens dos conflitos do porvir. O mundo pós-bipolaridade será regido em suas relações de paz ou conflito pelas civilizações, ou sejam, as culturas dos povos.

Entende aquele autor que o mundo pós-Guerra Fria é, pela primeira vez na história, ao mesmo tempo, multipolar e “multicivilizacional” (23:19). Os contatos entre civilizações, na maior parte da história da humanidade, teriam sido esporádicos ou intermitentes, então, com o advento, no Ocidente, dos estados-nação, estes passaram a interagir uns com os outros, sejam em paz ou em guerras, constituindo um sistema multipolar, porém, dentro da civilização ocidental. O movimento desses Estados quando ocorrido para além dos limites de sua civilização foi, segundo a teoria de Huntington, para expansão, conquista ou colonização de outras civilizações. Num período posterior, surgiu a bipolaridade da Guerra Fria, em um mundo tripartite: de um lado países ricos e democráticos, liderados pelos Estados Unidos, do outro, países mais pobres liderados pela União Soviética, e, num terceiro plano, o palco onde se deu grande parte desse conflito, o Terceiro Mundo, composto de países que se diziam não-alinhados, em sua maioria pobres, carentes de estabilidade política e que, em grande parte, tinham se tornado independentes há pouco tempo.

Passada a Guerra Fria, entende Huntington, as diferenças culturais teriam substituído em importância às ideológicas, políticas ou econômicas. “O choque intracivilizacional de idéias políticas gerado pelo Ocidente... está sendo substituído por um choque intracivilizacional de cultura e religião” (23:62). Os povos passaram a buscar suas identidades e o estariam fazendo, em termos de antepassados, tradições, religião, idioma, história, ethos, costumes e instituições. Essa identidade ganha vida nos grupos culturais:

tribos, grupos étnicos, comunidades religiosas, nações e, em um nível mais amplo, nas civilizações (23:20).

Segundo ele, a política estaria sendo empregada, também, para definir essas identidades. Os estados-nação continuam desempenhando seu tradicional papel de atores das relações internacionais, porém, atuariam não mais apenas pela busca de poder e riqueza, mas, também, por “preferências culturais”.

Conforme a teoria, a cultura, na era pós-bipolaridade, age como força unificadora e divisora: os povos de mesma cultura, antes separados por ideologias, estariam agora buscando unir-se, como fizeram as duas Alemanhas, e, entende Huntington, como começaram a fazer as duas Chinas e as duas Coreias (23:28); as sociedades antes unidas por circunstâncias históricas ou ideológicas, mas divididas culturalmente, ou se partem, como ocorrido com a URSS e Iugoslávia, ou ficam sujeitas a “fortes tensões internas”, como a Nigéria, Ucrânia e Índia. As afinidades culturais, entende Huntington, levam os países à cooperação política e econômica entre si. As organizações supranacionais baseadas em Estados com afinidades culturais, como é o caso da União Européia, têm mais possibilidades de sucesso do que aquelas compostas de sociedades culturalmente díspares, como a Cortina de Ferro seria exemplo.

Huntington, entretanto, não considera os fortes fatores políticos que influenciaram, também, essas mudanças. Exemplos não faltam: o Tratado de Trianon efetuou uma divisão extremamente artificial nos Bálcãs, criando, arbitrariamente, a Iugoslávia. Naturalmente, que sua fragmentação atual, em meio a ódios e guerras sangüinárias, é conseqüências daquele tratado feito sob uma visão política obtusa e inspirada nos interesses das potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial. O mesmo aconteceu com relação ao Oriente Médio que, com a desintegração do Império Otomano, em especial após a

Grande Guerra, foi colocado sob domínio colonial britânico e francês e, posteriormente, arbitrariamente dividido.

Seriam sete ou oito as civilizações identificadas por Huntington³⁷: a ocidental, que ocupa a América do Norte, Europa, Austrália e Nova Zelândia; a islâmica; a sínica (China); a hindu; a ortodoxa, na Rússia, na maioria dos países da ex-URSS, na Grécia e parte dos Balcãs; a budista, espalhada por alguns países do sudeste asiático, sudoeste chinês e Mongólia; a japonesa; e a latino-americana. A dúvida de Huntington está em se considerar ou não como uma oitava civilização, a africana, definida como aquela situada ao sul da região sub-saariana³⁸ (23:26).

Todas as civilizações existentes no século XX, diz aquele professor de Harvard, já existiriam há um milênio, entretanto, a civilização latino-americana seria um “fruto imediato” de outra civilização, no caso a ocidental³⁹. Esse seu corolário, todavia, apresenta uma incongruência: não seriam os Estados Unidos também um caso de “fruto imediato”, já que não somente a América Latina mas todo o continente americano, inclusive a América do Norte, foi colonizado, na mesma época e pelos mesmos conquistadores vindos da civilização ocidental européia? A Austrália e Nova Zelândia, inclusas por Huntington como abrigando parte da civilização ocidental, não se enquadrariam nesse mesmo conceito? Para ele não, em razão da América Latina “incorporar culturas indígenas”, já totalmente abolidas na América do Norte, e por ter tido uma evolução política e desenvolvimento econômico fora dos padrões dos países do Atlântico Norte (23:52).

³⁷ Embora dê um tratamento desigual a elas em seu livro, voltando suas atenções mais à civilização ocidental e à islâmica,

³⁸ O Magreb, estendendo-se até aos estados da região sub-saariana, incluindo o Sudão, além dos países do “chifre da África” fariam parte da civilização islâmica.

³⁹ Para o autor estadunidense, a civilização latino-americana poderia também ser entendida como uma espécie de apêndice da civilização ocidental. O México, entretanto, estaria em processo de inclusão na civilização ocidental.

A civilização se define por objetivos comuns, tais como a língua, a história, a religião, os costumes, as instituições e pela auto-identificação subjetiva das pessoas, externa Huntington. Entretanto, considera ele como sendo a religião o mais importante dos elementos objetivos definidores (23:47-48). Embora, numa aparente incoerência, diferentes critérios foram utilizados: algumas civilizações estão definidas em termos de religião, como as islâmica, hindu, ortodoxa e budista, outras em termos geográfico/lingüístico/racial, como as ocidental, sínica e japonesa, outras em termos lingüístico/geográfico, como a latino-americana. Considerando o elemento definidor religião, a civilização ocidental por ele delineada não tem nenhuma característica monoreligiosa que singularizam as demais, uma vez que o Ocidente de Huntington é uma imensa colcha de retalhos multireligião⁴⁰.

Em sua teoria, o equilíbrio de poder entre as civilizações está se deslocando: a influência relativa do Ocidente está em declínio, com as civilizações asiáticas expandindo seu poderio econômico, militar e político; com o Islã explodindo demograficamente, o que gera conseqüências desestabilizadoras para os países islâmicos e seus vizinhos. Para Huntington, completando esse quadro, as civilizações não-ocidentais estariam, também, “reafirmando o valor de suas próprias culturas” (23:19).

Identifica ele que a Índia está na eminência de uma decolagem econômica, enquanto o mundo islâmico estaria cada vez mais hostil para com o Ocidente e a China seria a sociedade emergente com maior probabilidade de desafiar o mundo ocidental (23:97-99).

Na visão “huntingtoniana”, está surgindo uma nova ordem mundial baseada na civilização, na qual sociedades que compartilham afinidades culturais cooperam umas

⁴⁰ O próprio islamismo tem diversos conceitos doutrinários e mesmo profetas comuns com o judaísmo e, por conseguinte, com o cristianismo, além disso, está irrevogavelmente dividido entre sunitas e xiitas e possui diferentes facções, umas mais radicais ou fundamentalistas, enquanto outras professam seus preceitos de forma mais mitigada.

com as outras ⁴¹, enquanto os Estados formam grupos em torno de Estados líderes ou núcleos de suas civilizações (23:19). Seriam dois os núcleos atuais da civilização ocidental: os Estados Unidos e a Europa franco-germânica⁴². No caso do Islã, da África e da América Latina não existiriam países-núcleos. Entende Huntington que a Espanha teria maior vocação para ser o país-núcleo dos latino-americanos, porém, teria optado por voltar-se para a Europa, ficando o Brasil, “por seu tamanho, recursos naturais, população, capacidade militar e econômica” (grifo meu), assim como o Irã está para o Islã, com as melhores qualificações para tornar-se o líder dessa civilização. O fator lingüístico, para o Brasil, religioso, para o Irã, entretanto, dificultariam a assunção desse papel por esses países (23:167).

Segundo sua concepção, “as pretensões universalistas” do Ocidente o fazem caminhar para o confronto com outras civilizações, em especial com o Islã e a China. Outros conflitos vislumbrados são aqueles que chama de “guerras de linha de fratura”, aquelas que se dão nos limites das fronteiras das civilizações. Essas guerras teriam, ainda, um grande risco de escalarem e envolverem os estados-núcleos nelas.

O Islã, para Huntington, acentua as diferenças entre sua civilização e a civilização ocidental, sendo “uma civilização convencida da superioridade de sua cultura e obcecada pela inferioridade de seu poderio”, enquanto o Ocidente é uma civilização cujos integrantes “estão convencidos da universalidade de sua cultura e acreditam que seu poderio superior lhes impõe a obrigação de estender sua cultura por todo o mundo”⁴³ (23:273). Ele alerta que o islã, por volta de 2025, será 30% da população mundial.⁴⁴

⁴¹ Huntington identifica, como exemplo, o caso da rejeição da entrada da Turquia na União Européia.

⁴² A Grã-Bretanha seria “um centro de poder adicional vagando entre os dois” (sic) (23:167).

⁴³ O escritor Edward Said define com a expressão “orientalismo” a visão criada pelos europeus e americanos do povo e tradições do Oriente. Por suas diferentes proximidades geográficas e experiências históricas e culturais distintas, ambos têm visão também diferentes em relação ao tema (34:13).

⁴⁴ Em 1980 era de 16,5%, em 2000 de 19,2% (estimada) (23:76-78).

A solução dada por Huntington é de que “a sobrevivência do Ocidente depende de os norte-americanos reafirmarem sua identidade ocidental” e dos ocidentais entenderem que a sua é uma civilização singular, não universal, e se unirem para renová-la e preservá-la diante das civilizações não-ocidentais (23:19). Mais uma demonstração de etnocentrismo e mesmo arrogância daquele autor estadunidense.

Como vimos, uma das hipóteses básicas da teoria, as divisões civilizacionais, apresentam falhas e deixam transparecer uma visão tendenciosa do mundo, centrada nos Estados Unidos da América, país de Huntington. A teoria, como aqui já dito e exemplificado, não deixa espaço a uma análise que identifique as razões políticas que, em conjunto com as motivações culturais, ou civilizacionais, impulsionam, empregando o termo de Huntington, “as guerras de fratura” atuais, como são exemplos os casos judaico-palestino e indo-paquistanês, ou o conflito que lança segmentos fundamentalistas radicais da civilização muçulmana contra os Estados Unidos.

A teoria tem sofrido muitas críticas e acusações de variados analistas e cientistas políticos de ser etnocêntrica e falha. Um de seus maiores críticos, o professor e ensaísta Edward W. Said, da Universidade de Columbia, ressalta que Huntington seria um ideólogo que pretende “converter as civilizações e as identidades no que não são, entidades cerradas e isoladas, das quais elimina as mil correntes e contracorrentes que animam a história humana e que, ao largo dos séculos tem permitido que a história fale não apenas de guerras de religião e conquistas imperiais, mas também de intercâmbios, fecundação cruzada e aspectos comuns”. Esta história, “bem menos visível”, como diz Said, “fica ignorada pela pressa em chamar atenção sobre essa guerra ridiculamente comprimida e limitada” proposta pelo pensador estadunidense com a teoria do choque de civilizações (33), com o que concorda este autor.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÃO

Existe uma abrangente multidimensão na natureza da guerra. As teorias biológicas e psicológicas tentam explicar a natureza da guerra pela existência de uma índole de agressividade no homem, individualmente e em coletividade. Entretanto, essas teorias, de per si, não conseguem explicar a natureza do fenômeno guerra *in totum*.

A teoria de que a guerra é um fenômeno cultural encontra ressonância em meio a alguns antropólogos e outros autores, dentre os quais o historiador John Keegan. LastRANDO-se nas guerras primitivas que, avalia, não seriam cobertas pela teoria “política” de Clausewitz, diz Keegan que determinadas culturas, com índole mais agressiva do que outras, teriam a tendência de ser mais afeitas à guerra.

Assim como a teoria de Clausewitz não é aplicável aos casos de algumas guerras arcaicas ou primitivas, de natureza cultural, os argumentos de Keegan apresentam, também, ambigüidades e incongruências. Nem todas as guerras primitivas em que a teoria de Keegan busca sustentação foram exclusivamente de natureza cultural. Os interesses ou mesmo necessidades políticas estavam presentes em alguns dos conflitos dos povos ditos tribais. Negar a essência política na grande maioria dos conflitos, desde a antigüidade, como o foram as guerras da Grécia Clássica e do Império Romano, à era pós criação do estado-nação moderno, é equivocar-se na interpretação da história. Uma teoria que não enxergue o valor e a proeminência da política na natureza da guerra, salvo as poucas exceções mencionadas, parece ser incomportável.

Keegan aproxima-se das teorias dos biólogos e psicólogos e, da mesma forma que aqueles, posiciona-se, restritivamente, em apenas uma das dimensões de análise, a

cultural. Sua teoria, também, não pode ser aceita como um novo paradigma, já que não preenche os critérios de Kuhn, não parecendo melhor que suas antagonistas e não representando, concretamente, ruptura com o modelo anterior. O paradigma dominante não sofreu nenhuma descontinuidade seguida de ruptura com a apresentação da teoria da guerra cultural do historiador inglês.

Por outro lado, a teoria do choque de civilizações de Samuel Huntington, perde-se no arraigado etnocentrismo do autor e em hipóteses imperfeitas, como é o caso das divisões civilizacionais em que se baseia. Possui uma centralização desmesurada na questão islâmica e falha em não considerar importantes razões políticas ou históricas que fomentam os conflitos étnicos atuais.

A teoria de maior aceitação, embora alguns de seus postulados suscitem controvérsias, continua sendo a clássica teoria da guerra de Clausewitz, que a entende como uma continuação, um instrumento da política e a ela subordinada. É a mais válida na tentativa de se explicar as guerras atuais e, portanto, permanece como a mais paradigmática na explicação do fenômeno guerra.

É importante relevar que a guerra é um fenômeno social cuja natureza não parece explicável simplesmente por uma única dimensão. Os componentes biológicos, psicológicos, sociológicos, culturais e político, incluindo neste o econômico, sempre estarão presentes. Poderá até, como nos exemplos dados, identificar-se, em um conflito, uma ou outra dimensão como tendo maior ênfase ou influência em sua natureza, mas sua multidimensionalidade parece ser indiscutível.

Do estudo efetuado, cabe a conclusão de que a guerra cultural não é um novo paradigma na teoria da natureza da guerra.

BIBLIOGRAFIA

1. ALBUQUERQUE, Antônio L. Porto. **História geral do Ocidente**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
2. ARENDT, Hannah. **On violence**. New York: Harcourt, Brace & World, Inc. 1970.
3. ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.
4. BARBOSA, Lívia. Análise da natureza do ato terrorista ocorrido nos EUA. In **SIMPÓSIO ANÁLISE E CONSEQÜÊNCIAS DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001**. Rio de Janeiro. [Anais...] Rio de Janeiro: EGN, 2001.
5. BRASIL. Escola de Guerra Naval. **EGN-215 Guia para elaboração de ensaios e monografias**. Rio de Janeiro, 1998.
6. BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-321 Manual de Estratégia e manobra de crises internacionais**. Brasília, 2002.
7. BOUTHOU, Gaston; CARRÉRE, René. **O desafio da guerra: dois séculos de guerra, 1740-1974**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1979.
8. BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. 38 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo S.A. 1989.
9. CAPOZOLI, Ulisses. **Guerra e paz refletem a natureza dupla do homem**
Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/violencia/viol.htm>.
Acesso em: 22 maio 2003.
10. CARO, Adolfo Rivero. **La guerra cultural en los Estados Unidos. La guerra invisible de la Nueva Izquierda**. Disponível em: <http://www.neoliberalismo.com>.
Acesso em: 03 jun. 2003

11. CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. S.l. Publicações Europa-América, [19__?].
12. CORVISIER, André. **A guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
13. CREVELD, Martin van. **On future war**. London: Bresseys. 1991.
14. DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? *Jornal da Embratel*. set. 1981. Ed. Especial. In: Rocha, Everardo. **Antropologia Social**. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, [2003?].
15. **ENCYCLOPAEDIA Britannica 2001**. De Luxe Edition. Chicago: Britannica.com, Inc. 2001. DVD-ROM.
16. FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Dicionário eletrônico – século XXI**. Versão 3.0. São Paulo: Lexikon Informática, 1999. CD-ROM.
17. FULLER, J. F. C. **The decisive battles of the Western World and their influence upon history**. London: Eyre & Spottiswoode, 1954.
18. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editoras, 1989.
19. HANSON, Victor Davis. **Por que o Ocidente venceu**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
20. HIRSCH Jr, E. D et al. **Dictionary of cultural literacy**. 2. ed. Boston: Houghton Mifflin Co. 1993.
21. HOBBS, T. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974.
22. HOWARD, Michael. **The causes of war**. London: Unwin Paperbacks, 1984
23. HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.
24. _____. The Clash of civilizations? **Political Science 5150 - syllabus & anthology**. New York, p. 277-305, Aug./Dec. 2000.

25. KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
26. KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
27. LEONARD, Rogers Ashley. **Clausewitz**: trechos de sua obra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988.
28. LIDDELL HART, B. H. **As grandes guerras da história**. São Paulo: IBRASA, 1982.
29. LIDER, Julian. **Da natureza da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1987.
30. MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**: com comentários de Napoleão Bonaparte. 12 ed. São Paulo: Hemus Editora, 1996.
31. PARKER, Geoffrey et al. **Atlas da história universal**: The Times. Santiago: S.C.E. Santiago Ltda, 1996.
32. ROCHA, Everardo. **Cultura**. Folha de Informação de Antropologia Social (aula). Curso de MBA em Gestão Internacional - COPPEAD/EGN-2003. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ. [2003?]
33. SAID, Edward W. **El choque de ignorancias**. Disponível em: www.analitica.com/va/internacionales/fuentes/2272184.asp. Acesso em: 15 jun. 2003.
34. _____. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
35. STOESSINGER, John. **Why nations go to war**. 2 ed. New York: St. Martin's Press. 1978.

36. SUN TZU. **A arte da guerra**. Adaptação de James Clavel. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
37. TOFFLER, Alvin & Heidi. **Guerra e anti-guerra: a sobrevivência na aurora do terceiro milênio**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1995.
38. TOYNBEE, Arnold. **A humanidade e a Mãe-Terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BIBLIOGRAFIA

1. ALBUQUERQUE, Antônio L. Porto. **História geral do Ocidente**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.
2. ARENDT, Hannah. **On violence**. New York: Harcourt, Brace & World, Inc. 1970.
3. ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.
4. BARBOSA, Livia. Análise da natureza do ato terrorista ocorrido nos EUA. In **SIMPÓSIO ANÁLISE E CONSEQÜÊNCIAS DO ATO TERRORISTA OCORRIDO NOS EUA, 2001**. Rio de Janeiro. [Anais...] Rio de Janeiro: EGN, 2001.
5. BRASIL. Escola de Guerra Naval. **EGN-215 Guia para elaboração de ensaios e monografias**. Rio de Janeiro, 1998.
6. BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-321 Manual de Estratégia e manobra de crises internacionais**. Brasília, 2002.
7. BOUTHOU, Gaston; CARRÉRE, René. **O desafio da guerra: dois séculos de guerra, 1740-1974**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1979.
8. BURNS, Edward McNall. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas às naves espaciais**. 38 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo S.A. 1989.
9. CAPOZOLI, Ulisses. **Guerra e paz refletem a natureza dupla do homem**
Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/violencia/viol.htm>.
Acesso em: 22 maio 2003.
10. CARO, Adolfo Rivero. **La guerra cultural en los Estados Unidos. La guerra invisible de la Nueva Izquierda**. Disponível em: <http://www.neoliberalismo.com>.
Acesso em: 03 jun. 2003

11. CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. S.l. Publicações Europa-América, [19__?].
12. CORVISIER, André. **A guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
13. CREVELD, Martin van. **On future war**. London: Bresseys. 1991.
14. DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? *Jornal da Embratel*. set. 1981. Ed. Especial. In: Rocha, Everardo. **Antropologia Social**. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, [2003?].
15. **ENCYCLOPAEDIA Britannica 2001**. De Luxe Edition. Chicago: Britannica.com, Inc. 2001. DVD-ROM.
16. FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Dicionário eletrônico – século XXI**. Versão 3.0. São Paulo: Lexikon Informática, 1999. CD-ROM.
17. FULLER, J. F. C. **The decisive battles of the Western World and their influence upon history**. London: Eyre & Spottiswoode, 1954.
18. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editoras, 1989.
19. HANSON, Victor Davis. **Por que o Ocidente venceu**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
20. HIRSCH Jr, E. D et al. **Dictionary of cultural literacy**. 2. ed. Boston: Houghton Mifflin Co. 1993.
21. HOBBS, T. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974.
22. HOWARD, Michael. **The causes of war**. London: Unwin Paperbacks, 1984
23. HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.
24. _____. The Clash of civilizations? **Political Science 5150 - syllabus & anthology**. New York, p. 277-305, Aug./Dec. 2000.

25. KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
26. KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.
27. LEONARD, Rogers Ashley. **Clausewitz**: trechos de sua obra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1988.
28. LIDDELL HART, B. H. **As grandes guerras da história**. São Paulo: IBRASA, 1982.
29. LIDER, Julian. **Da natureza da guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1987.
30. MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**: com comentários de Napoleão Bonaparte. 12 ed. São Paulo: Hemus Editora, 1996.
31. PARKER, Geoffrey et al. **Atlas da história universal**: The Times. Santiago: S.C.E. Santiago Ltda, 1996.
32. ROCHA, Everardo. **Cultura**. Folha de Informação de Antropologia Social (aula). Curso de MBA em Gestão Internacional - COPPEAD/EGN-2003. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ. [2003?]
33. SAID, Edward W. **El choque de ignorancias**. Disponível em:
www.analitica.com/va/internacionales/fuentes/2272184.asp. Acesso em: 15 jun. 2003.
34. _____. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
35. STOESSINGER, John. **Why nations go to war**. 2 ed. New York: St. Martin's Press. 1978.



36. SUN TZU. **A arte da guerra**. Adaptação de James Clavel. 18 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
37. TOFFLER, Alvin & Heidi. **Guerra e anti-guerra**: a sobrevivência na aurora do terceiro milênio. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1995.
38. TOYNBEE, Arnold. **A humanidade e a Mãe-Terra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

